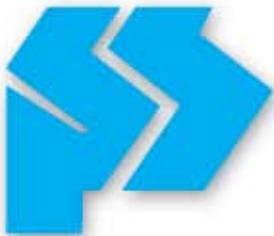


Relatório do Exercício 2006



Seguridade Social

ÍNDICE

1. MENSAGEM AOS PARTICIPANTES	03
PSS 30 anos de sucesso	05
2. PATROCINADORAS	06
3. ORGÃOS ESTATUTÁRIOS	06
4. PLANOS PREVIDENCIÁRIOS	07
5. QUADRO DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS	08
6. PLANO B	
6.1 Quadro de Participantes	08
6.2 Demonstração Patrimonial e de Resultados	09
6.3 Parecer Atuarial.....	10
6.4 Demonstrativos de Investimentos	13
6.5 Performance em 2006.....	16
6.6 Demonstrativo dos Custos da Gestão	16
6.7 Política de Investimentos de 2007.....	17
7. PLANO C	
7.1 Quadro de Participantes	20
7.2 Demonstração Patrimonial e de Resultados	21
7.3 Parecer Atuarial	22
7.4 Demonstrativos de Investimentos	25
7.5 Performance em 2006.....	26
7.6 Demonstrativo dos Custos da Gestão	27
7.7 Política de Investimentos de 2007.....	28
8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS	31
9. PARECERES	40
9.1 Parecer do Conselho Fiscal	
9.2 Parecer do Conselho Deliberativo	
10. DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS	
10.1 Anexo I – Renda Fixa.....	41
10.2 Anexo II – Renda Variável.....	47

Mensagem aos Participantes

A PSS – Seguridade Social foi criada em 04 de Novembro de 1977 e em 2007 completa 30 anos. Inicialmente concebida para atender os empregados da Organização Philips do Brasil através de um plano de benefício definido (“Plano B”), em 1997, passou a operar também um plano de contribuição variável, o Plano C. Na ocasião, foi permitida a migração dos Participantes do Plano B para o Plano C, sendo que essa possibilidade permaneceu aberta até Junho de 2006.

Há dois anos, a PSS vem adotando com sucesso políticas de investimentos distintas para cada um desses planos, pelo fato dos mesmos terem populações e regulamentos diferentes. No Plano B, a grande maioria dos Participantes já é constituída por assistidos, sendo o passivo atuarial conhecido. Conseqüentemente, o foco desses investimentos é minimizar riscos e assegurar o pagamento dos benefícios já em curso e futuros. Logo, os ativos desse plano estão aplicados basicamente em títulos de renda fixa com baixo risco de crédito e indexados a índices de preços que acompanhem o índice de correção dos benefícios.

No Plano C, a preocupação nos investimentos é a busca da maximização dos seus retornos dentro de parâmetros aceitáveis de riscos, e levando em conta a opção de cada um dos Participantes. Dessa forma, a política de investimentos define as metas de retorno (benchmarks de mercado), separadamente, para os segmentos de renda fixa e variável, sendo que os gestores de investimento

(também escolhidos individualmente pelos Participantes) têm como objetivo superá-las, obedecendo os limites estabelecidos para riscos de crédito, de volatilidade de mercado e de liquidez.

O sucesso de ambas as políticas pode ser comprovado pelas rentabilidades obtidas em 2006:

- no Plano B, a rentabilidade foi de 17,9%, mais do que o dobro da meta atuarial de 8,2% (IPC/DI + 6%);
- no Plano C, a rentabilidade média dos diferentes perfis de investimento foi de 23,4%, de maneira geral superando os benchmarks;

Com relação ao Plano B, fato relevante ocorrido em 2006 foi a concretização de ações visando o cumprimento do plano de enquadramento imobiliário proposto pela PSS em 2003 e aprovado pela Secretaria da Previdência Complementar (SPC) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Foram vendidos os edifícios localizados na Avenida Nações Unidas, 12.495 e na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1.400 pelo valor de R\$ 120 milhões e alienadas a totalidade das cotas do SC Fundo de Investimento Imobiliário pelo valor de R\$ 40 milhões (que tem como principal ativo uma participação de 20% no Ribeirão Shopping na cidade de Ribeirão Preto). Os recursos obtidos nessas transações foram canalizados para aplicações em renda fixa em consonância com a política de investimentos do plano.

Tendo a venda dos imóveis acima mencionados sido feita com pagamento parcelado, foi estabelecida

Expediente

○ **Relatório do Exercício de 2006** é uma publicação da PSS – Seguridade Social, entidade instalada na Rua Verbo Divino, 1400 – 3º andar – cep 04719-002 – São Paulo – SP – Tel.: 2125-0600 **Jornalista Responsável** Fernanda de Carvalho (MTb. 17.056)
Arte e Produção Grecco Comunicação – www.grecco.com.br

cláusula de alienação fiduciária na venda dos edifícios e de fiança bancária na venda das cotas do fundo. De acordo com a legislação vigente, os valores a receber são classificados contabilmente como investimento imobiliário.

Outro fato importante relativo ao Plano B foi a substituição da tábua de mortalidade GAM-71 pela AT-83, em atendimento à Resolução CGPC nº 18/2006, projetando aumento da expectativa de vida para os Participantes e refletindo melhor a realidade.

Em 2006, a PSS recebeu a adesão no Plano C de uma nova patrocinadora, a Philips Semiconductors Brasil Com. Imp. Exp. Ltda, oriunda da cisão da área de negócios de Semicondutores da Philips. Recebeu também a solicitação de retirada de patrocínio de ambos os planos da patrocinadora LG.Philips Displays do Brasil, que a partir de 01/04/2007 teve sua razão social alterada para LP Displays Brasil Ltda. Esse processo de retirada ainda depende de análise e aprovação por parte da SPC. Após a homologação desse processo, não se vislumbra nenhum impacto para a liquidez e rentabilidade de qualquer dos Planos.

Foi promovido durante o exercício mais um recadastramento anual de assistidos, com a introdução de novos controles e também implementado convênio com o Sistema de Óbitos da Dataprev (Sisob), com a finalidade de checar anualmente a validade do cadastro da entidade, evitando-se o pagamento indevido de benefícios.

No nosso site na internet, www.pssnet.com.br,

foram implementadas facilidades para os Participantes ativos da PSS, permitindo a consulta, através de senha, de suas posições mensais de saldo de cotas e saldo de empréstimos. Para os assistidos, está disponível o acesso ao demonstrativo de pagamentos e também o comprovante anual de rendimentos para fins de imposto de renda. Além disso, é possível o acesso aos Demonstrativos Financeiros detalhados deste exercício, bem como as Notas Explicativas.

Foi tomada a decisão da substituição do Unibanco, até então um dos cinco gestores de recursos da PSS pelo HSBC, dado que o primeiro há algum tempo vinha apresentando baixa adesão por parte dos Participantes do Plano C.

Ao final de mais um exercício, como demonstrado nos relatórios a seguir, pode-se constatar que ambos os planos continuam saudáveis, com destaque para a situação superavitária em R\$ 39 milhões do Plano B.

Finalizando, agradecemos o apoio e comprometimento recebido dos integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do Comitê de Investimentos, dos Colaboradores, das Patrocinadoras, Parceiros, Participantes e Assistidos, enfim, de todos aqueles que contribuíram para que a PSS encerrasse o exercício de 2006 com bons resultados e realizações, cumprindo sua missão de pagar os benefícios regulamentares aos Participantes assistidos e permitir aos Participantes ativos planejarem seu futuro.

Diretoria Executiva

PSS 30 anos de sucesso

Em 2007 a PSS estará completando três décadas de considerável sucesso, inúmeros desafios e alguns percalços, mas todos eles vencidos graças a todos aqueles que em épocas passadas ou no tempo atual dedicaram ou dedicam os melhores momentos de suas vidas na busca do atingimento dos objetivos da Entidade, mantendo sempre o foco nos interesses de seus participantes.

A constituição da PSS, em 04 de novembro de 1977, época em que ainda se começava a discutir soluções para a complementação da aposentadoria, foi um verdadeiro marco. Tendo sido uma das primeiras entidades de previdência complementar no país, conta, atualmente, com o patrocínio de quatro grupos econômicos e, tendo autonomia administrativa e financeira, institui e executa, em favor de seus participantes, assistidos e beneficiários, planos de benefícios de caráter previdenciário.

Para se ter idéia da importância da PSS, o seu lançamento atraiu a atenção dos veículos de comunicação da época - que deram grande destaque para o assunto - e contou com a presença de autoridades como os então Ministros do Trabalho, Arnaldo da Costa Prieto, e da Previdência e Assistência Social, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva.

Durante a solenidade, o primeiro Diretor-Gerente da PSS, Rubens Scuoppo, afirmou que a constituição da PSS estava baseada na integração empresa/funcionário, bem como desses profissionais com sua família e dependentes, o que beneficiaria a todos os envolvidos nessa ação. “Não haverá lugar para o futuro incerto ou o presente duvidoso, pois existirá o presente e o futuro assistido, que serão compatíveis com o momento de cada associado, respeitando sua condição de vida e seus anseios”, afirmou Scuoppo.

SEGURANÇA

Desde que foi criada, a PSS tem cumprido com eficiência o seu papel. Por meio dela, os seus participantes (empregados e dirigentes das empresas patrocinadoras) se sentem protegidos contra eventuais dificuldades que possam surgir ao longo do caminho e ainda sabem que seus familiares não ficarão desamparados após a sua aposentadoria ou falecimento.

Ao longo do tempo, com a boa administração das contribuições dos participantes e patrocinadores, a PSS tem obtido resultados positivos e proporcionado aos participantes a segurança de contar com uma complementação à aposentadoria, já que, comumente, o benefício da previdência social, de per si, não lhes fornece recursos suficientes para o seu sustento e de sua família.

Em 30 anos, o Brasil vivenciou muitas transformações, que, de certa forma, se refletiram na entidade. Até o momento, a PSS passou por mudanças importantes sendo que em 2005, por exemplo, além de mudar a razão social, que passou a ser PSS Seguridade Social, adaptou o seu estatuto social e regulamentos dos planos a uma nova legislação, que, dentre outras novidades, tornou obrigatório o instituto da portabilidade.

Além disso, os participantes têm um importante instrumento de comunicação com a PSS, o site www.pssnet.com.br. Nessa página da internet, é possível saber como funcionam os planos de benefícios, conhecer melhor a entidade e ainda entrar em contato com os responsáveis por ela, o que agiliza e possibilita o desenvolvimento da excelente relação estabelecida entre a PSS e os seus participantes.



2 Patrocinadoras

PSS Seguridade Social

Inbraphil - Inds Brasileiras Philips Ltda
Philips do Brasil Ltda
Philips da Amazônia Ind. Eletrônica Ltda
Philips Eletrônica do Nordeste S/A
Philips Eletrônica da Amazônia Ltda
Philips Medical Systems Ltda
Philips Semiconductors Brasil Com. Imp. Exp. Ltda

Jabil do Brasil Ind Eletroeletrônica Ltda

Atos Origin Brasil Ltda
(patrocinadora em processo de retirada do Plano C, dependendo de análise e aprovação pela SPC)

LP Displays Brasil Ltda
(patrocinadora em processo de retirada do Plano B e do Plano C, dependendo de análise e aprovação pela SPC)

3 Órgãos Estatutários

A direção da PSS é exercida pelo Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social.

CONSELHO DELIBERATIVO:

Órgão responsável pelas diretrizes da entidade e definição da política de investimentos dos recursos. Sua composição é a seguinte:

Carlos Alberto Cardoso	
João Carlos Leiva	
José Luiz Pereira da Costa Dias	
Kei Ikeda	- Presidente
Nelson Kenso Takamine	
Paulo Eduardo Regina Ferraz	- Representante dos Participantes Ativos
Roberto Aranha Pereira Gomes	- Representante dos Participantes Ativos
Valter Chanquini	- Representante dos Participantes Assistidos
Wagner Francisco Garcia	

DIRETORIA EXECUTIVA:

Órgão responsável pela administração da entidade, cuja composição é a seguinte:

Jose Luiz P. C. Dias	- Diretor Gerente
Jose Carlos Craveiro Cadima	- Diretor Administrativo
Luiz A. B. Dias da Silva	- Diretor Financeiro
Sergio Nery	- Diretor de Seguridade

CONSELHO FISCAL:

Órgão responsável pela fiscalização interna da entidade, composto da seguinte forma:

Ademar Colombi	- Representante dos Participantes Assistidos
Ana Lúcia A Pereira Gonzalez	- Representante dos Participantes Ativos
Dorival Ferreira Xavier	
Reginaldo P Souza Schwery	
Vicente Tadeu da Cruz	

4 Planos Previdenciários

A PSS administra dois planos de benefícios distintos cujas principais características são as seguintes:

Plano B - Benefício Definido

Neste plano, os Participantes conhecem previamente o valor do benefício, pois é garantido um percentual do salário no momento da aposentadoria. O valor é calculado de acordo com a função que exerce na empresa e tempo de participação na PSS, independente do montante acumulado durante o período de contribuição.

O participante contribui com um percentual de seu salário, definido pela sua idade na data de adesão ao plano. Esse percentual e a contribuição da empresa podem variar de acordo com a avaliação atuarial que é realizada anualmente.

As contribuições formam um fundo coletivo, que acrescido dos rendimentos dos investimentos, garante o pagamento dos benefícios.

Plano C - Contribuição Variável

Neste plano, os Participantes é que definem o valor das contribuições que farão ao longo dos anos e o valor do benefício é calculado sobre o montante acumulado durante o período de contribuição e da rentabilidade obtida nos investimentos realizados. Quanto maior o período e o valor da contribuição, maior o benefício.

A contribuição varia de 3% a 8% sobre o salário, o qual é acompanhado no mesmo valor pela patrocinadora. Além disso, há a possibilidade do Participante efetuar contribuições voluntárias.

O saldo de conta total, base para o cálculo do benefício, é formado pelas contribuições do Participante, da patrocinadora, das contribuições voluntárias e da rentabilidade dos investimentos.

5 Quadro de Participantes e Assistidos

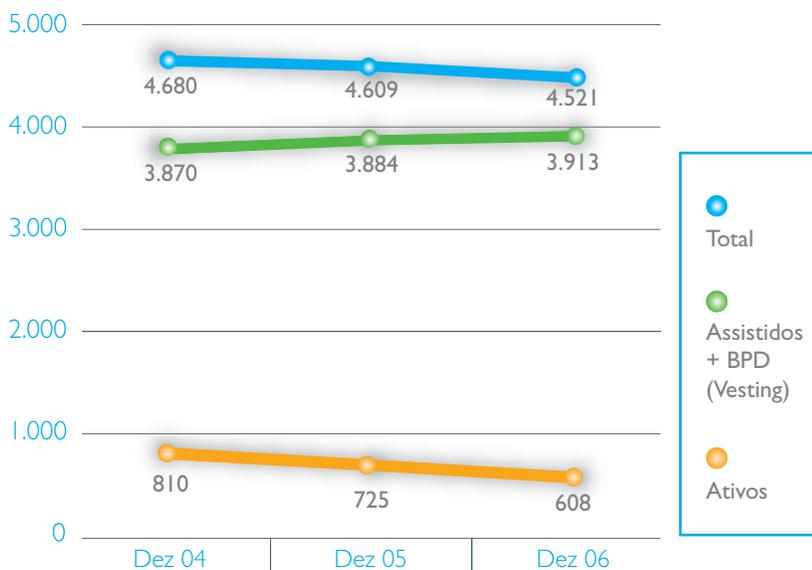
Em 31 de Dezembro de 2006 a posição de Participantes estava assim distribuída:

Patrocinadora	Ativos		Assistidos		Total	
	Plano B	Plano C	Plano B	Plano C	2006	2005
Philips	478	3.380	3.049	92	6.999	7.356
LG.Philips	102	2.224	676	46	3.048	3.884
Atos Origin	13	364	47	16	440	444
Jabil	9	2.437			2.446	2954
Autopatrocínio	6	109			115	103
BPD (Vesting)	91	151			242	180
Auxílio Doença			50	215	265	282
Total	699	8.665	3.822	369	13.555	15.203

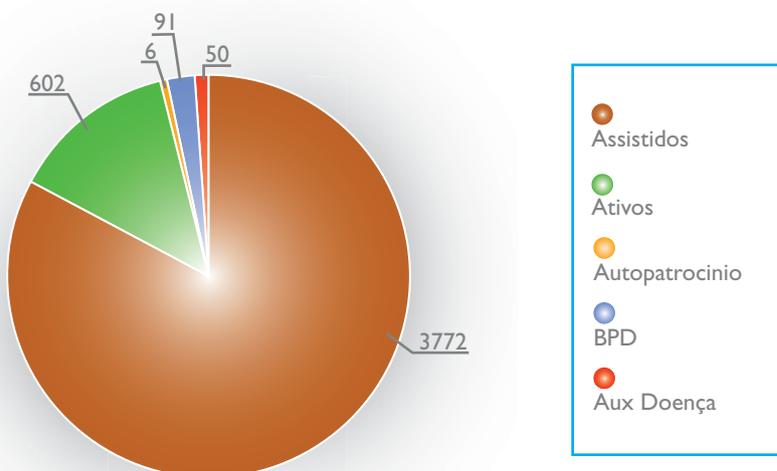
6 Plano B

6.1 QUADRO DE PARTICIPANTES

Evolução da Posição dos Participantes Ativos e Assistidos + BPD (Vesting) em dezembro dos últimos três exercícios:



Distribuição por tipo de Participante:



6.2 DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL			R\$ = MIL		
Ativo	2.006	2.005	Passivo	2.006	2.005
Total	1.014.107	940.370	Total	1.014.107	940.370
Disponível	195	249	Contas A Pagar	5.595	21.364
Contas A Receber	5.670	5.770	Compromissos com Participantes e Assistidos	829.023	916.433
Aplicações	1.008.161	934.253	Fundos	140.806	1.154
Renda Fixa	798.164	649.442	Equilíbrio técnico (Resultado Acumulado)	38.683	1.419
Renda Variável	43.667	27.861			
Imóveis	140.918	229.963			
Empréstimos/Financiamentos	25.412	26.987			
Bens de uso próprio	81	98			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		R\$ = MIL	
	2.006	2.005	
(+) Contribuições	7.909	8.437	
(-) Benefícios	(72.674)	(69.827)	
(+/-) Rendimentos das aplicações	155.334	104.597	
(+) Recursos oriundos do plano "C" (reversão do fundo especial)	-	20.500	
(=) Recursos líquidos	90.569	63.707	
(-) Despesas com administração	(1.064)	(1.159)	
(-/+) Formação (utilização) dos compromissos com participantes e assistidos	87.410	(74.361)	
(-/+) Formação (utilização) dos fundos para riscos futuros	(139.651)	83	
(=) Superávit (Déficit) do exercício	37.264	(11.730)	

6.3 PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2006 do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/06/2006.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

O Plano de Benefícios B da PSS – Seguridade Social encontra-se em extinção desde 01/11/1996.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pelo ofício nº 2203/SPC/DETEC/CGAT, de 29/11/2005.

I - Estatísticas

O total de Participantes ativos do plano é igual a 639, sendo 542 do sexo masculino e 97 do feminino. A idade média dos Participantes ativos é igual a 44 anos e 11 meses e o tempo médio de serviço faltante para aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, igual a 7 anos e 11 meses.

O total de Participantes aposentados é igual a 2.997.

O total de grupos familiares recebendo benefício de pensão por morte é igual a 789.

O total de Participantes em período de espera para receber benefício (benefício proporcional diferido) é igual a 95.

Com base na tábua de mortalidade geral, os Participantes aposentados válidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 17 anos e 3 meses.

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais empregados nos cálculos atuariais dos compromissos e custos representados pelo Plano de Benefícios B ora avaliado resultou de um processo de interação entre a Towers Perrin e a PSS – Seguridade Social, a quem coube a decisão final após adquirir plena noção de seu impacto sobre os resultados obtidos.

Para a apuração das provisões matemáticas foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

• Hipóteses Financeiras

- Taxa real anual de juro: 6,00%
- Projeção do crescimento real de salário: 2,40%
- Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: 0%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - salários: 97%
 - benefícios do plano: 97%

• Hipóteses Biométricas

- Tábua de Mortalidade Geral: GAM - 1971⁽¹⁾ ajustada de modo a incorporar 1/2 da diferença entre as probabilidades de morte da AT-1983⁽²⁾ e da GAM-1971⁽¹⁾
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: CSO-1958
- Tábua de Entrada de Invalidez: RRB - 1944 modificada
- Tábua de Rotatividade: Experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2002 a 2005

(1) Tábua adaptada para refletir a mortalidade feminina (probabilidade de morte da mulher em cada idade corresponde à probabilidade de morte do homem 6 anos mais jovem) e agravamento das taxas em 1 ano.

(2) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-1983 Basic desagravada em 10%.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses. Um importante aspecto que sempre precisa ser levado em consideração é que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento e sua economia está sempre sujeita a alterações em função de fatores internos e externos que não podemos prever no momento. Dessa forma, o conjunto de hipóteses atuariais deve periodicamente ser revisto para melhor se adequar ao momento econômico do Brasil.

• Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros é utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios. Tendo em vista o limite máximo de 6% a.a. para taxa de desconto determinado pela Resolução CGPC nº 18/2006, optou-se por manter a taxa de 6% a.a.

• Projeção do crescimento real de salário

A projeção do crescimento real de salário de 2,4% a.a. reflete a expectativa das patrocinadoras

com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado Participante do Plano de Benefícios B da PSS Seguridade Social e é consistente com o planejamento da área de recursos humanos das patrocinadoras.

• **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo**

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período entre duas avaliações atuariais.

A adoção de um fator de 97% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5%.

• **Tábuas Biométricas**

As tábuas biométricas foram selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo. A sua utilização deve ser periodicamente revista à luz da experiência real da massa de Participantes da PSS – Seguridade Social.

A tábua de mortalidade geral GAM-1971 agravada, utilizada na avaliação atuarial de 2004, vinha sendo ajustada desde a avaliação passada para incorporar 1/4, em no máximo a cada 2 anos a contar de 2005, da diferença entre as probabilidades de morte da GAM-1994 e GAM-1971 agravada, mudando a expectativa de vida da população sem criar um grande impacto no custo do plano.

Com a publicação da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, foi estabelecida a tábua AT-1983 como nova tábua mínima de mortalidade geral e o prazo de adequação à referida resolução como sendo dezembro de 2008.

Desta forma, a adaptação gradativa da tábua de mortalidade geral continuou sendo feita em 2006 substituindo a GAM-1994 pela AT-1983 para o cálculo da diferença das probabilidades de morte com a GAM-1971 agravada. Estamos considerando na presente avaliação 2/4 da referida diferença entre a AT-1983 e a GAM-1971 agravada de modo que, a partir de 2008, seja adotada a AT-1983.

Dada a observação do número real de mortes de inválidos versus o número esperado nos períodos

compreendidos entre as 6 últimas avaliações, alterou-se a tábua RRB-1944 para a CSO-1958.

A tábua de rotatividade também foi alterada em 2006 considerando a experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2002 a 2005, de modo a melhor refletir as incidências de rotatividade da massa de Participantes avaliada.

• **Regime Financeiro e Métodos Atuariais**

- Regime de Repartição Simples – Pecúlio por Morte do Ativo, Resgate e Portabilidade;
- Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Suplementação por Morte do Ativo, Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação do Auxílio-Reclusão;
- Regime de Capitalização (Método do Crédito Unitário Projetado) – Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação decorrente do Benefício Proporcional Diferido, Suplementação por Morte do Assistido e Pecúlio por Morte do Assistido.

• **Atendimento à Resolução**

CGPC nº 18/2006

Em atendimento ao disposto no item 2 da Resolução CGPC nº 18/2006 e uma vez que está sendo feita uma implementação gradual da tábua AT-1983, as expectativas médias de vida dos Participantes ativos, ao se aposentarem, e dos aposentados válidos utilizando a tábua de mortalidade geral definida nas hipóteses biométricas são iguais a 24,40 anos para os Participantes ativos e 18,11 anos para os aposentados válidos.

O número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos e rotatividade observados nos doze meses posteriores à avaliação anterior realizada em 30/06/2005, foi de 33, 16, 11 e 53, respectivamente, enquanto o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas naquela avaliação foi de 62, 2, 28 e 67.

As incidências de mortalidade, invalidez e rotatividade do plano continuarão sendo acompanhadas podendo indicar uma melhor tendência e permitir a escolha de novas tábuas biométricas, mesmo tendo ocorrido ajustes em 2006.

• **Índice de reajuste dos benefícios**

A suplementação previdencial a ser paga pela PSS - Seguridade Social será reajustada anualmente, no mês de novembro, com base no Índice de Preços ao Consumidor – Disponibilidade Interna (IPC-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

III - Apuração do Patrimônio

Com base no Balanço da PSS - Seguridade Social em 31 de dezembro de 2006, o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Benefícios B foi apurado conforme indicado:

	Valores em R\$
– Ativo Bruto	1.014.106.800,06
Exigíveis	(5.594.830,41)
– Ativo Líquido dos Exigíveis	<u>1.008.511.969,65</u>

A Towers Perrin não efetuou qualquer análise sobre o valor do ativo e exigíveis do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela PSS – Seguridade Social.

IV - Exigível Atuarial e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Exigível Atuarial e dos Fundos em 31 de dezembro de 2006 é a seguinte:

Exigível Atuarial	Valores em R\$
• Provisões Matemáticas	829.023.216,37
– Benefícios Concedidos	729.584.593,06
– Benefícios a Conceder	134.412.935,80
– Benefícios do Plano com a Geração Atual	139.839.532,40
– Outras Contribuições da Geração Atual	(5.426.596,60)
– Provisão Matemática a Constituir	(34.974.312,49)
– Serviço Passado	(43.851.028,49)
– Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	8.876.716,00

Reservas e Fundos

• Superávit Técnico Acumulado	38.682.878,51
– Reserva de Contingência	38.682.878,51
• Fundo Administrativo	1.140.391,30
• Fundo Retirada LG.Philips	139.665.483,47
○ Fundo de Retirada LG.Philips refere-se a	

uma estimativa dos valores individuais a serem pagos aos Participantes da patrocinadora LG.Philips Displays Brasil Ltda., baseada nas reservas matemáticas apuradas para fins de avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2006. Essas reservas foram apuradas pelo método do Crédito Unitário Projetado e não pelo método do Crédito Unitário, conforme determina a Resolução 06/88 de Retirada de Patrocínio. A data da retirada da LG.Philips Displays Brasil Ltda. do Plano de Benefícios B da PSS – Seguridade Social é 1º de dezembro de 2006 e seu respectivo processo está sendo elaborado para encaminhamento à Secretaria de Previdência Complementar.

V - Plano de Custeio

Recomendamos que, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras efetuem, durante o ano de 2007, as contribuições equivalentes a 24,47% da folha de salários, sendo 5,64% correspondente ao custo normal mais 17,20% para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado e 1,63% para cobertura das despesas administrativas.

O custo devido referente às Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado seria de 20,60% da folha de salários. No entanto, em decorrência das oscilações favoráveis ocorridas no exercício de 2006, excepcionalmente durante o ano de 2007, as patrocinadoras poderão optar por reduzir a contribuição relativa à amortização das Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado, sendo esta conta mensalmente creditada pela reversão mensal da conta Por Ajuste das Contribuições Extraordinárias, de valor equivalente a 3,40% da folha de salários, justificando a contribuição da patrocinadora para amortização das Provisões Matemáticas a Constituir - Serviço Passado de 17,20% da folha de salários.

O prazo remanescente de amortização da Provisão Matemática a Constituir - Serviço Passado é de 10 anos e 5 meses, conforme definido na avaliação atuarial de 2001, contados a partir de 30/06/2006.

As contribuições dos Participantes, previstas no regulamento do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social, foram estimadas em 2,63% da folha de salários.

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém este efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade ou rentabilidade superiores às admitidas nas hipóteses atuariais.

VI - Conclusão

A rentabilidade do patrimônio, considerando os fluxos de receitas e despesas, apurada no período de 01/01/2006 a 31/12/2006 foi IPC-FGV + 15,06%.

Alertamos que a rentabilidade medida não deve

ser considerada para análise do desempenho da gestão dos investimentos, pois o critério utilizado se apóia na mensuração da taxa de retorno do patrimônio líquido e não da taxa de retorno dos investimentos totais.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2007.

Monica Teixeira de Andrade

MIBA. nº 1.117

6.4 DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS

a) Renda Fixa

Os ativos desse segmento de investimentos estão totalmente alocados em fundos exclusivos, possuem baixo risco de crédito e prazos compatíveis com o vencimento do fluxo de pagamento dos benefícios de forma a minimizar o risco de insuficiência patrimonial futura, conforme abaixo.

Gestor	Fundos de Renda Fixa (Quotas de Fif)	Qtde. Cotas	R\$ Mil	% Do Plano
Bradesco	Plano B	588.041,94753	748.897	74,8
Itaú	Futuro Previdenciário	226,08153	14.866	1,5
Unibanco	Fidelidade L	1.625,52615	10.719	1,1
Bradesco	Ideal	1.408,09083	9.482	0,9
ABN AMRO Real	Multiply	82,12094	5.269	0,5
Western	Life	751,13582	5.074	0,5
SUB-TOTAL			794.307	79,3
Valor a Receber			3.857	-
TOTAL			798.164	-

Obs: A composição detalhada dos fundos acima encontra-se no anexo I.

b) Renda Variável

b.1) Ações

Os ativos dessa carteira estão alocados em fundos exclusivos, conforme abaixo.

Gestor	Fundos de Renda Variável (Quotas de Fundos de Ações)	Qtde. Cotas	R\$ Mil	% Do Plano
Unibanco	Previdência B	2.332,02541	16.873	1,7
Bradesco	Ideal	74,16012	431	-
ABN AMRO Real	Multiply Variable	16,82395	125	-
Itaú	Luxor	14,84936	109	-
Western	Life	3,90771	28	-
TOTAL			17.566	1,7

Obs: A composição detalhada dos fundos acima encontra-se no anexo II.

b.2) Debêntures Perpétuas

Os ativos dessa carteira não distribuem rendimento fixo, mas sim uma participação nos resultados dos empreendimentos e estão alocados conforme abaixo.

EMISSOR	R\$ MIL	% do PLANO
DEBÊNTURES:		
Hauscenter S/A	15.260	1,5
Serra Azul Water Park S/A	10.840	1,1
TOTAL	26.100	2,6

c) Imóveis

Em setembro de 2006, a Entidade vendeu para a empresa Aladim Participações Ltda. (do grupo Prosperitas), por R\$ 120 milhões os edifícios localizados na Avenida Nações Unidas 12.495 e Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini 1.400. O montante de R\$ 90 milhões foi recebido à vista e os R\$ 30 milhões restantes foram financiados em cinco anos a uma taxa de juros de 8% a.a. com atualização anual pelo IPC-DI (FGV). Em 31 de dezembro de 2006, o saldo financiado a receber é de R\$ 28,3 milhões. Esses imóveis foram avaliados antes da venda pelo valor de R\$ 104 milhões, embora o seu valor contábil fosse de R\$ 130,4 milhões.

Em dezembro de 2006, foi vendido à vista, por R\$ 7,5 milhões o imóvel localizado na Av. Dr. Cardoso

de Melo, nº 1.155, para a empresa Diavarum Administradora de Bens Ltda. O valor contábil antes da venda era de R\$ 7,2 milhões.

Também em dezembro de 2006, vendeu-se as cotas do SC Fundo de Investimento Imobiliário - Shopping Ribeirão Preto para o grupo Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. pelo valor de R\$ 40 milhões. O montante de R\$ 16 milhões foi recebido à vista e o restante R\$ 24 milhões foi financiado em cinco anos, a uma taxa de juros de 9% a.a., com correção monetária mensal em função da variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2006, o saldo financiado a receber é de R\$ 24 milhões. O valor contábil antes da venda era de R\$ 29,8 milhões.

Em 2006, a Entidade realizou a reavaliação dos

investimentos imobiliários. O efeito dessa reavaliação foi reconhecida contabilmente em outubro de 2006, resultando em um aumento da carteira imobiliária de R\$ 25,7 milhões. Os laudos foram elaborados pela empresas Consult Soluções Patrimoniais

(Shopping Morumbi) e Cushman & Wakefield Semco (demais imóveis).

Os imóveis remanescentes, bem como a carteira de recebíveis desse segmento, tinham a seguinte posição ao final do exercício:

IMÓVEL	R\$ MIL	% do PLANO
Carteira de aluguéis e renda:		
Av. Roque Petroni Junior, 1.089 - São Paulo - S.P. (Morumbi Shopping - participação = 10,115%)	64.594	6,4
Valor a Receber - Ref.:Venda do imóvel situado na Av. das Nações Unidas, 12.495 - São Paulo - S.P.	25.458	2,5
Av. Roque Petroni Junior, 999 - 5º, 6º e 7º andar - São Paulo	12.672	1,3
Rua Itapaiúna, 2.434 - São Paulo - S.P.	9.274	0,9
Valor a Receber - Ref.:Venda do imóvel situado na Av. Engº Luis Carlos Berrini, 1.400 - São Paulo - S.P.	2.881	0,3
Rua Dr. Cardoso de Mello, 1.855 - conj. 121 - São Paulo	755	0,1
SUB-TOTAL - Imóvel	115.634	11,5
Fundo de investimento imobiliário:		
Valor a Receber - Ref.:Venda do S/C Fundo de Investimento Imobiliário	24.040	2,4
SUB-TOTAL - FII	24.040	2,4
SUB-TOTAL - Imóvel+FII	139.674	13,9
Valor a Receber - Ref.:Aluguel	1.244	-
TOTAL	140.918	-

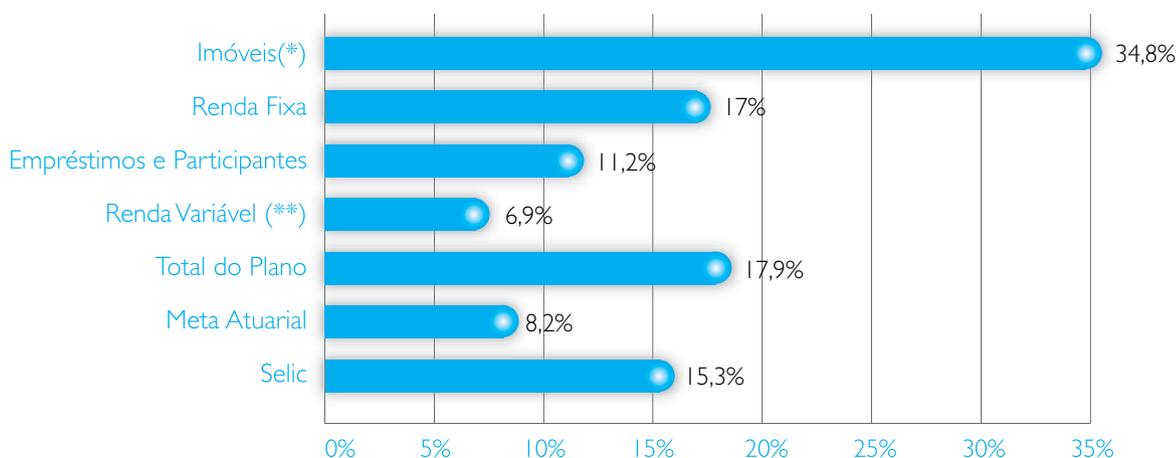
Obs.: Conforme pode ser observado acima, a Entidade se aproximou do nível de enquadramento em imóveis estabelecido pela legislação, que é de 11% do total dos ativos do plano, em 2006, devendo chegar a 8% ao final de 2008.

d) Empréstimos a Participantes

Ao final do exercício a quantidade de contratos contraídos pelos Participantes era de 4.920. A composição desse segmento encontra-se abaixo:

Empréstimos e Financiamentos	Quantidade Contratos	R\$ Mil	% do Plano
Financiamentos Patrimoniais aos Participantes	1.502	16.771	1,7
Empréstimos aos Participantes	3.418	8.051	0,8
TOTAL	4.920	24.822	2,5
Valor a Pagar	-	590	-
TOTAL	4.920	25.412	-

6.5 PERFORMANCE EM 2006



(*) a performance foi inflada pela reavaliação da carteira imobiliária no 4º trimestre, quando seu valor patrimonial estava significativamente menor que o valor patrimonial médio do ano.

(**) inclui a carteira de debêntures perpétuas.

6.6 DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS DA GESTÃO

I - GESTÃO INTERNA	R\$ Mil	%
- Salários e Encargos	487	18,7
- Tecnologia da Informação	137	5,3
- Despesas Gerais	121	4,6
- Alojamento (Aluguel / Condomínio)	77	3,0
- Novos Regulamentos, Estatutos e Relatórios de Exercícios	33	1,2
- Impostos e Taxas	54	2,1
- Controladoria	52	2,0
- Consultorias	51	1,9
- Avaliações Atuariais	38	1,5
- Auditorias	11	0,4
- Honorários Advocáticos	3	0,1
SUB-TOTAL	1.064	40,8

Do valor acima informado (R\$ 1.064 mil) as despesas de administração/seguridade totalizaram R\$ 683 mil, ficando abaixo do limite de 15% das contribuições, conforme determina a legislação.

II - GESTÃO EXTERNA	R\$ MIL	%
- Taxa Administrativa	340	13,0
- Corretagem	18	0,7
- CPMF	729	28,0
- Custódia	280	10,7
- Taxa Fiscalização CVM	95	3,6
- Auditorias	46	1,8
- Despesas Gerais	36	1,4
SUB-TOTAL	1.544	59,2
TOTAL (I + II)	2.608	100,0

6.7 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DE 2007

6.7.1 OBJETIVOS

Essa versão da Política de Investimentos, que estará em vigor durante o ano de 2007, tem como objetivo definir para os gestores, o custodiante de recursos, os órgãos reguladores, os Participantes e os beneficiários, as diretrizes para os investimentos da PSS, de forma a garantir a sua segurança, liquidez e rentabilidade, visando assegurar o pagamento dos benefícios do Plano B.

Nesse sentido, ela contempla:

- Avaliar o cenário macroeconômico esperado para o ano de 2007;
- Definir a alocação dos recursos entre as carteiras de investimentos;
- Estabelecer critérios para contratação e avaliação da performance dos gestores dos investimentos;
- Comunicar a meta de rentabilidade esperada para as carteiras;
- Estabelecer quais desvios de retorno em relação à meta de rentabilidade não são aceitáveis;
- Fixar os níveis de risco de crédito mínimo admissíveis para os investimentos;
- Comunicar as funções do custodiante dos ativos;
- Definir o método de valoração dos investimentos.

6.7.2 CENÁRIO MACROECONÔMICO

As pressões inflacionárias deverão continuar, em nível mundial, sob controle, apesar da abundante liquidez global. Portanto acredita-se que as taxas de juros de curto prazo nos Estados Unidos chegaram ao seu pico em 2006, devendo sofrer ao menos um corte ao longo de 2007. Por outro lado, o aperto monetário na região do Euro e no Japão deverá ser moderado ao longo do ano. Esse cenário deverá continuar favorecendo os países emergentes em 2007, fazendo com que a volatilidade nos seus mercados continue relativamente baixa.

No Brasil em 2007, são esperados: uma inflação sob controle (aproximadamente 4%), um nível de crescimento moderado (ao redor de 4%), o Real praticamente não sofrendo qualquer desvalorização durante o ano contra o dólar (final do ano a R\$ 2,20) e uma situação extremamente confortável para as contas externas, com as reservas atingindo mais uma vez níveis recordes. Conseqüentemente, continuará sendo possível o Banco Central prosseguir com a redução gradual das taxas de juros de curto prazo (Selic) ao longo do ano, cujo valor médio deverá ficar em 8% ao ano em termos reais.

Esse cenário deverá favorecer de uma maneira geral o alongamento dos investimentos no Brasil. Portanto, os rendimentos da Bolsa de Valores e dos títulos de renda fixa de longo prazo deverão ser atraentes. O mesmo deverá ocorrer com investimentos em imóveis, porém nesse segmento continuará existindo o inconveniente da baixa liquidez.

6.7.3 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Dado que boa parte dos Participantes do Plano B já se suplementou e que a probabilidade de retirada de Participantes ainda ativos é pequena, o fluxo de pagamento dos benefícios futuros do mesmo apresenta boa previsibilidade. Portanto, os investimentos para saldá-lo deverão preferencialmente ser realizados de forma a garantir rendimentos previsíveis no curto, médio e longo prazos. Assim, sua alocação será direcionada principalmente para o segmento de renda fixa.

A seguir, descreve-se a estratégia para cada um dos segmentos de alocação:

6.7.3.1 SEGMENTO RENDA FIXA

Os investimentos do Plano B no segmento de renda fixa serão alocados nos chamados fundos de investimentos exclusivos, ou seja, no qual a PSS será a única cotista. Possuirão regulamentos desenhados sob medida para atender os objetivos de investimento dessa política.

A maior parte dos recursos na renda fixa será investida no Fundo de Investimento Bradesco Plano B, o qual terá carteira basicamente composta por ativos indexados a índices de preços

do IPCA, que são bastante correlacionados ao índice da meta atuarial (IPC-DI da FGV). Além disso, parte dos ativos terá vencimento semelhante ao fluxo de pagamento dos benefícios do Plano B e taxas superiores à sua meta atuarial. Portanto, com essa prática de investimento, estar-se-á otimizando o risco da solvência futura do mesmo.

Os fundos de Renda Fixa, nos quais os recursos do Plano B serão investidos, poderão conter títulos públicos federais, certificados e recibos de depósito bancários (CDBs / RDBs), debêntures, cédulas de crédito bancário (CCBs), certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), fundos da dívida externa e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

O total dos recursos aplicados em fundos da dívida externa não poderá ultrapassar 10% do patrimônio dos fundos, ao passo que os recursos aplicados em CDBs / RDBs, por emissor, não deverão ultrapassar 5% do patrimônio dos fundos. Para debêntures, CRIs, FIDCs e CCBs esse limite será de 2%.

Ao contrário dos títulos privados, não haverá limite quanto à alocação de títulos públicos, exceto os estaduais e municipais, cuja alocação não será permitida.

No mercado secundário, os gestores deverão preferencialmente transacionar títulos através de plataformas eletrônicas, mas quando isso não for possível e caso os preços negociados se situem fora da banda de preços da Andima, eles deverão preparar relatório a ser encaminhado ao Conselho Fiscal da PSS nos termos da Resolução CGPC nº 21.

6.7.3.2 SEGMENTO RENDA VARIÁVEL

Dada a alta volatilidade nos retornos, a princípio, o Plano B deverá manter investimentos marginais na carteira denominada Ações em Mercado, salvo se surgirem oportunidades interessantes devido a quedas pronunciadas.

Por outro lado, na carteira denominada Outros Ativos, estar-se-á permanentemente tentando a venda das posições do plano nas debêntures da Hauscenter e do Serra Azul Water Park.

6.7.3.3 SEGMENTO IMÓVEIS

Para 2007, a alocação máxima permitida pela legislação é de 11% do total de investimentos para cada plano de benefícios, que passará a 8% a partir de 2009.

Dado que o Plano B possuía quase 26% em imóveis, foi proposto em 2003, e aprovado pela SPC e CMN, um Plano de Enquadramento para atingir os 8% requeridos até o final de 2008. Durante 2006, esse Plano de Enquadramento foi inteiramente executado com a venda do imóvel localizado na Avenida Nações Unidas 12.495 (locado à Nestlé) e a totalidade das cotas do SC Fundo de Investimentos Imobiliário. Além disso, seguindo a política de desmobilização para os recursos do plano, foram vendidos os imóveis localizados na Avenida Luiz Carlos Berrini 1.400 e na Rua Cardoso de Mello 1.155, bem como recebido o valor restante referente à venda do Fundo de Investimentos Imobiliários Norchem Guararapes, que estava pendente de pagamento há algum tempo.

Em 2007, de modo a diminuir os riscos e aumentar a solvência do plano, o objetivo é continuar vendendo os demais imóveis mono usuários, ou seja, aqueles que tenham locatário único.

6.7.3.4 SEGMENTO EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

Nesse segmento, o limite para o Participante ativo continuará a ser de cinco vezes o salário, no caso de financiamento imobiliário, o qual é destinado à aquisição e reforma de moradia, e de duas vezes o salário, no caso de empréstimos simples. Por outro lado, os Participantes suplementados somente continuarão sendo elegíveis à modalidade de empréstimo simples, sendo vedada a possibilidade do financiamento imobiliário.

Em ambas as modalidades, a taxa cobrada é igual à meta atuarial (IPC/DI da FGV + 6% aa) mais uma taxa administrativa que é de 3% para o financiamento imobiliário e de 2% no empréstimo simples.

6.7.4 CRITÉRIOS PARA A CONTRATAÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES

As instituições financeiras voltadas para a gestão de ativos geralmente têm na pesquisa de mercado e de novas oportunidades de investimentos, bem como no permanente acompanhamento de alterações legais e regulamentares, os seus pontos fortes. Tendo isso em mente, dado que boa parte da carteira de títulos será mantida até o vencimento, portanto exigindo pouco trabalho de gestão, e, visando sobretudo à redução da taxa de administração, gerada pela economia de escala, boa parte dos recursos de renda fixa do Plano B será concentrada em um único gestor (Bradesco), escolhido em 2005 após um processo formal de seleção.

O trabalho desse gestor, bem como dos demais onde o plano tiver alocação, será avaliado anualmente pelo Comitê de Investimentos da PSS, com base na solidez, tradição, capacitação técnica, carteira de clientes, nível de cumprimento dessa política de investimentos, e em alguns indicadores de performance passada, tais como rentabilidades obtidas e desvio em relação às metas de rentabilidade estabelecidas.

6.7.5 METAS DE RENTABILIDADE (BENCHMARKS)

A meta de rentabilidade de todos os segmentos de investimento é de IPC- DI da FGV mais 6% ao ano.

6.7.6 GESTÃO DE RISCOS

6.7.6.1 DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA

A divergência não planejada (DNP), ou seja, o desvio entre o retorno dos investimentos e a meta atuarial (IPC + 6% aa), será calculada mensalmente para cada segmento de aplicação (Renda Fixa, Renda Variável, Imóveis e Empréstimos a Participantes). Caso se verifique alguma das situações abaixo, serão preparados justificativa técnica e relatório de providências quanto à manutenção ou não dos ativos que a provocaram:

- DNP mensal negativa apurada em 4 meses de um período de 6 meses consecutivos;
- DNP mensal negativa por 3 meses consecutivos;
- DNP negativa do rendimento acumulado nos últimos 12 meses.

6.7.6.2 RISCO DE CRÉDITO

Quanto ao risco de crédito, os fundos de renda fixa somente poderão manter títulos avaliados por pelo menos uma das agências abaixo com as respectivas avaliações (ratings) mínimas:

Agência	Maior Ano	Até Ano
FITCH RATINGS	A-(bra)	F2+(bra)
MOODY'S INVESTOR	Aa3.br	BR-2
STANDARD & POORS	brA-	brA-2

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo título, deverá ser considerada a pior avaliação, que, caso não atinja os níveis mínimos acima estabelecidos, acarretará na impossibilidade da manutenção do título.

6.7.7 OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

Será permitido o uso de derivativos sem sobre-exposição, isto é, a somatória de todas as exposições tem que ser igual a 80% do valor dos ativos para:

- i) hedge quanto à exposição ao benchmark;
- ii) exposição ativa.

Além da exigência acima, as operações com derivativos deverão ser feitas na CBLC ou na BM&F, na modalidade com garantia. Serão vedadas as operações de derivativos envolvendo renda variável.

6.7.8 CUSTÓDIA

A custódia dos ativos de todos os fundos do Plano B será centralizada no Banco Itaú, o qual tem como responsabilidades:

- a liquidação financeira dos movimentos nos fundos;

- o registro e guarda dos títulos;
- a valorização dos ativos e das cotas dos fundos;
- a consolidação das informações para consultas.

6.7.9 ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

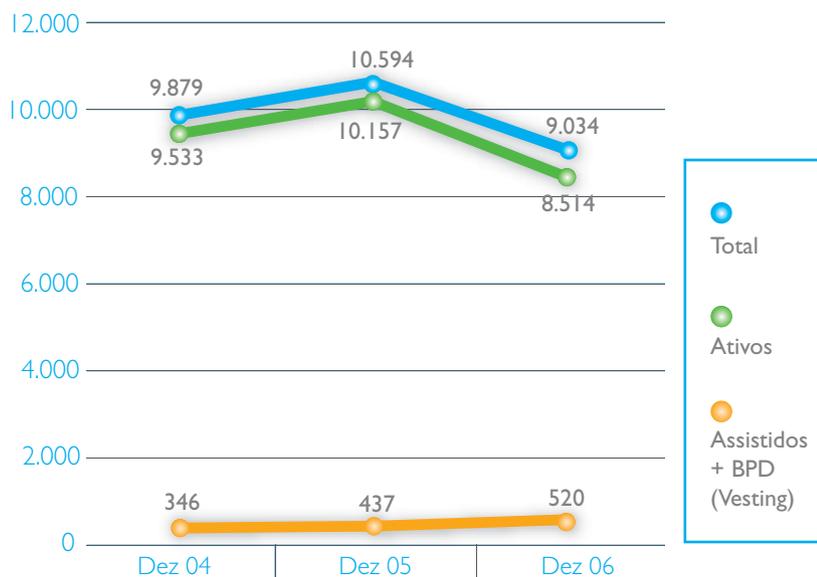
Todos os ativos mobiliários serão valorizados diariamente pelo custodiante de acordo com os níveis vigentes no Mercado, ou seja, será feita a chamada marcação a mercado, exceto quando se tratar de títulos de renda fixa a serem levados a vencimento, cuja valorização será feita pela taxa de aquisição.

Por outro lado, os imóveis serão reavaliados a cada 3 anos, conforme determina a legislação.

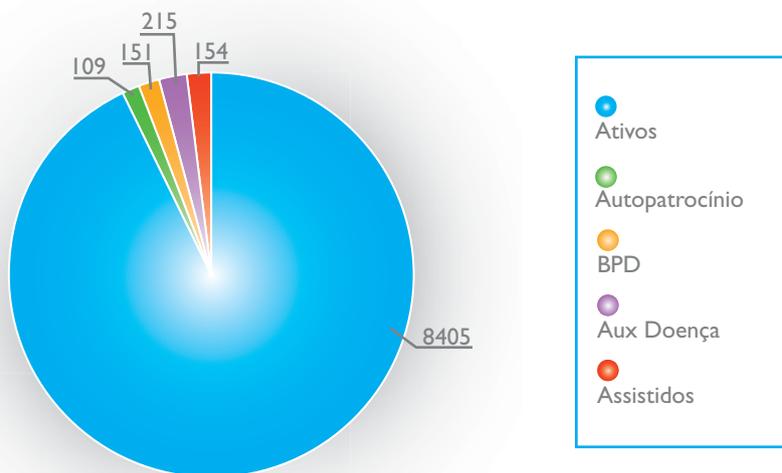
7 Plano C

7.1 QUADRO DE PARTICIPANTES

Evolução da Posição dos Participantes Ativos e Assistidos + BPD (Vesting) em dezembro dos últimos três exercícios:



Distribuição por tipo de Participante:



7.2 DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL E DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL				R\$ = MIL	
Ativo	2.006	2.005	Passivo	2.006	2.005
Total	661.396	534.316	Total	661.396	534.316
			Contas a Pagar	10	9
Aplicações	661.396	534.316	Compromissos com Participantes e Assistidos	429.924	464.672
Renda Fixa	451.025	353.130	Fundos	231.462	69.635
Renda Variável	210.371	181.186			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		R\$ = MIL	
	2.006	2.005	
(+) Contribuições	28.983	28.806	
(-) Benefícios	(24.441)	(13.090)	
(+/-) Rendimentos das aplicações	124.738	103.691	
(+) Recursos transferidos p/ plano "C" (reversão do fundo especial)	-	(20.500)	
(=) Recursos líquidos	129.280	98.907	
(-) Despesas com administração	(2.200)	(2.153)	
(-/+) Formação (utilização) dos compromissos com participantes e assistidos	34.748	(60.278)	
(-/+) Formação (utilização) dos fundos para riscos futuros	(161.828)	(36.476)	

7.3 PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2006 do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/06/2006.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pelo ofício nº 2205/SPC/DETEC/CGAT, de 29/11/2005.

I - Estatísticas

O total de Participantes ativos do plano é igual a 9.804, sendo 6.012 do sexo masculino e 3.792 do feminino. A idade média dos Participantes ativos é igual a 32 anos e o tempo médio de serviço faltante para a aposentadoria normal, ponderado pelo valor estimado do benefício de aposentadoria, igual a 23 anos e 9 meses.

O total de Participantes aposentados é igual a 125.

O total de grupos familiares recebendo benefício de pensão por morte é igual a 52.

O total de Participantes em período de espera para receber benefício (benefício proporcional diferido) é igual a 72.

Com base na tábua de mortalidade geral, os Participantes aposentados válidos apresentam uma expectativa média de vida, ponderada pelo valor do benefício, de 21 anos e 8 meses.

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais empregados nos cálculos atuariais dos compromissos e custos representados pelo Plano de Benefícios C ora avaliado resultou de um processo de interação entre a Towers Perrin e a PSS – Seguridade Social, a quem coube a decisão final após adquirir plena noção de seu impacto sobre os resultados obtidos.

Para a apuração das provisões matemáticas dos benefícios definidos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

• Hipóteses Financeiras

- Taxa real anual de juro: 6,00%
- Projeção do crescimento real de salário: 2,40%
- Projeção do crescimento real dos benefícios do plano: 0%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - salários: 97%
 - benefícios do plano: 97%

• Hipóteses Biométricas

- Tábua de Mortalidade Geral: GAM – 1971⁽¹⁾ ajustada de modo a incorporar 1/2 da diferença entre as probabilidades de morte da AT-1983⁽²⁾ e da GAM-1971⁽¹⁾
- Tábua de Mortalidade de Inválidos: CSO - 1958
- Tábua de Entrada de Invalidez: RRB - 1944 modificada
- Tábua de Rotatividade: Experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2002 a 2005

(1) Tábua adaptada para refletir a mortalidade feminina (probabilidade de morte da mulher em cada idade corresponde à probabilidade de morte do homem 6 anos mais jovem) e agravamento das taxas em 1 ano.

(2) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-1983 Basic desagravada em 10%.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses. Um importante aspecto que sempre precisa ser levado em consideração é que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento e sua economia está sempre sujeita a alterações em função de fatores internos e externos que não podemos prever no momento. Dessa forma, o conjunto de hipóteses atuariais deve periodicamente ser revisto para melhor se adequar ao momento econômico do Brasil.

• Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros é utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios. Tendo em vista o limite máximo de 6% a.a. para taxa de desconto determinado pela Resolução CGPC nº 18/2006, optou-se por manter a taxa de 6% a.a.

• Projeção do crescimento real de salário

A projeção do crescimento real de salário de 2,4% a.a. reflete a expectativa das patrocinadoras com relação à evolução futura média dos salários

ao longo da carreira do empregado Participante do Plano de Benefícios C da PSS Seguridade Social e é consistente com o planejamento da área de recursos humanos das patrocinadoras.

• **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo**

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período entre duas avaliações atuariais.

A adoção de um fator de 97% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5%.

• **Tábuas Biométricas**

As tábuas biométricas foram selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo. A sua utilização deve ser periodicamente revista à luz da experiência real da massa de Participantes da PSS – Seguridade Social.

A tábua de mortalidade geral GAM-1971 agravada, utilizada na avaliação atuarial de 2004, vinha sendo ajustada desde a avaliação passada para incorporar 1/4, em no máximo a cada 2 anos a contar de 2005, da diferença entre as probabilidades de morte da GAM-1994 e GAM-1971 agravada, mudando a expectativa de vida da população sem criar um grande impacto no custo do plano.

Com a publicação da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, foi estabelecida a tábua AT-1983 como nova tábua mínima de mortalidade geral e o prazo de adequação à referida resolução como sendo dezembro de 2008.

Desta forma, a adaptação gradativa da tábua de mortalidade geral continuou sendo feita em 2006 substituindo a GAM-1994 pela AT-1983 para o cálculo da diferença das probabilidades de morte com a GAM-1971 agravada. Estamos considerando na presente avaliação 2/4 da referida diferença entre a AT-1983 e a GAM-1971 agravada de modo que, a partir de 2008, seja adotada a AT-1983.

A tábua de mortalidade de inválidos CSO-1958 substituiu a RRB-1944 que vinha sendo utilizada nas avaliações anteriores.

A tábua de rotatividade também foi alterada em

2006 considerando a experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2002 a 2005, de modo a melhor refletir as incidências de rotatividade da massa de Participantes avaliada.

• **Regime Financeiro e Métodos Atuariais**

- Regime de Repartição Simples – Pecúlio por Morte do Ativo;
- Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Suplementação por Morte do Ativo, Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação do Auxílio-Reclusão;
- Regime de Capitalização:
 - Método do Crédito Unitário Projetado - Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Suplementação por Morte do Aposentado;
 - Método de Capitalização Financeira – Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria por Idade e Suplementação decorrente do Benefício Proporcional Diferido.

• **Atendimento à Resolução**

CGPC nº 18/2006

Em atendimento ao disposto no item 2 da Resolução CGPC nº 18/2006 e uma vez que está sendo feita uma implementação gradual da tábua AT-1983, as expectativas médias de vida dos Participantes ativos, ao se aposentarem, e dos aposentados válidos utilizando a tábua de mortalidade geral definida nas hipóteses biométricas são iguais a 22,2 anos para os Participantes ativos e 21,6 anos para os aposentados válidos.

O número de ocorrências de morte de válidos, entrada em invalidez, morte de inválidos e rotatividade observados nos doze meses posteriores à avaliação anterior realizada em 30/06/2005, foi de 1, 22, 8 e 2.154, respectivamente, enquanto o número esperado de acordo com as hipóteses atuariais adotadas naquela avaliação foi de 11, 16, 2 e 1.747.

As incidências de mortalidade, invalidez e rotatividade do plano continuarão sendo acompanhadas podendo indicar uma melhor tendência e permitir a escolha de novas tábuas biométricas, mesmo tendo ocorrido ajustes em 2006.

• **Índice de reajuste dos benefícios**

As suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de Aposentadoria Especial, de

Aposentadoria por Idade e decorrente do Benefício Proporcional Diferido serão recalculadas anualmente no mês do aniversário do Participante assistido, aplicando-se o coeficiente atuarial correspondente à sua idade sobre o saldo de conta total do mês anterior ao cálculo.

As suplementações de Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-doença e o Auxílio-reclusão ou por morte deverão ser corrigidas anualmente no mês de novembro, com base no Índice de Preços ao Consumidor – Disponibilidade Interna (IPC-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado da data de concessão da suplementação ou de seu último reajuste ocorrido até outubro de cada ano, inclusive.

III - Apuração do Patrimônio

Com base no Balanço da PSS - Seguridade Social em 31 de dezembro de 2006, o Ativo Líquido dos Exigíveis para o Plano de Benefícios C foi apurado conforme abaixo indicado:

	Valores em R\$
– Ativo Bruto	661.396.167,58
Exigíveis	(9.824,00)
– Ativo Líquido dos Exigíveis	<u>661.386.343,58</u>

A Towers Perrin não efetuou qualquer análise sobre o valor do ativo e exigíveis do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela PSS – Seguridade Social.

IV - Exigível Atuarial e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Exigível Atuarial e dos Fundos em 31 de dezembro de 2006 é a seguinte:

Exigível Atuarial	Valores em R\$
• Provisões Matemáticas	429.924.181,83
– Benefícios Concedidos	43.595.638,91
– Benefício Definido	10.161.838,39
– Contribuição Definida	33.433.800,52
– Benefícios a Conceder	386.328.542,92
– Benefícios do Plano com a Geração Atual	388.714.095,56
– Benefício Definido	6.802.507,33
– Contribuição Definida	381.911.588,23

– Outras Contribuições da Geração Atual (2.385.552,64)

Reservas e Fundos

• Fundo Especial	48.177.695,48
• Fundo Administrativo	482.292,56
• Fundo Retirada Origin	51.826.944,27
• Fundo Retirada LG.Philips	130.975.229,44

O Fundo Especial é constituído com as sobras do saldo de conta patronal da PSS e é utilizado para financiamento dos benefícios de risco ou para redução das contribuições futuras das patrocinadoras.

O Fundo Retirada Origin é constituído pelos valores individuais a serem pagos aos Participantes da patrocinadora Atos Origin Brasil Ltda., conforme avaliação atuarial de retirada efetuada em 30/09/2005, atualizados para 31/12/2006 de acordo com o disposto no Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e na Nota Técnica de Retirada de patrocinadora.

O Fundo de Retirada LG.Philips refere-se a uma estimativa dos valores individuais a serem pagos aos Participantes da patrocinadora LG.Philips Displays Brasil Ltda., baseada nas reservas matemáticas apuradas para fins de avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2006. Essas reservas, parcela benefício definido, foram apuradas pelo método do Crédito Unitário Projetado e não pelo método do Crédito Unitário, conforme determina a Resolução 06/88 de Retirada de Patrocínio. A data da retirada da LG.Philips Displays Brasil Ltda. do Plano de Benefícios C da PSS – Seguridade Social é 1º de dezembro de 2006 e seu respectivo processo está sendo elaborado para encaminhamento à Secretaria de Previdência Complementar.

V – Plano de Custeio

Recomendamos que, de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras efetuem, durante o ano de 2007, contribuições de no mínimo 0,66% da folha de salários correspondente às despesas administrativas. Adicionalmente, as patrocinadoras devem efetuar as contribuições definidas previstas no Regulamento do Plano de Benefícios C, estimadas em 4,72% da folha de salários. As contribuições dos Participantes foram estimadas em 5,57% da mesma folha.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os

fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelos Participantes e índice de adesão ao plano, as taxas demonstradas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

O método atuarial adotado para avaliar os benefícios definidos gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

VI – Conclusão

A rentabilidade média do patrimônio, considerando os fluxos de receitas e despesas, apurada no

período de 01/01/2006 a 31/12/2006 foi de IPC-FGV + 20,71%.

Alertamos que a rentabilidade medida não deve ser considerada para análise do desempenho da gestão dos investimentos, pois o critério utilizado se apóia na mensuração da taxa de retorno do patrimônio líquido e não da taxa de retorno dos investimentos totais.

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2007.

Monica Teixeira de Andrade

MIBA. nº 1.117

7.4 DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS

a) Renda Fixa

Os ativos desse segmento de investimentos estão totalmente alocados em fundos exclusivos, cuja meta de performance (benchmark) em 2006 era a seguinte:

30% IMAC + 30% IMAB + 40% SELIC

Onde:

IMAC: rentabilidade, divulgada pela ANDIMA, de uma carteira teórica composta por títulos públicos federais indexados pelo IGPM.

IMAB: rentabilidade, divulgada pela ANDIMA, de uma carteira teórica composta por títulos públicos federais indexados pelo IPCA.

SELIC: rentabilidade acumulada das operações por 1 dia envolvendo títulos federais.

É divulgada diariamente pelo Banco Central.

Gestor	Fundos de Renda Fixa (Quotas de Fif)	Qtde. Cotas	R\$ Mil	% Do Plano
Itaú	Futuro Previdenciário	2.827,43340	185.918	28,0
Bradesco	Ideal	18.953,24114	127.630	19,2
Western	Life	9.886,89558	66.787	10,0
ABN AMRO Real	Multiply	900,10407	57.752	8,7
Unibanco	Fidelidade L	2.546,79412	16.794	2,5
SUB-TOTAL			454.881	68,4
Valor a Pagar			3.856	-
TOTAL			451.025	-

Obs: A composição detalhada dos fundos acima encontra-se no anexo I.

b) Renda Variável

Ações

Os ativos dessa carteira estão alocados em fundos exclusivos e a meta de rentabilidade (benchmark) para os mesmos é a seguinte:

100% do IBX-50

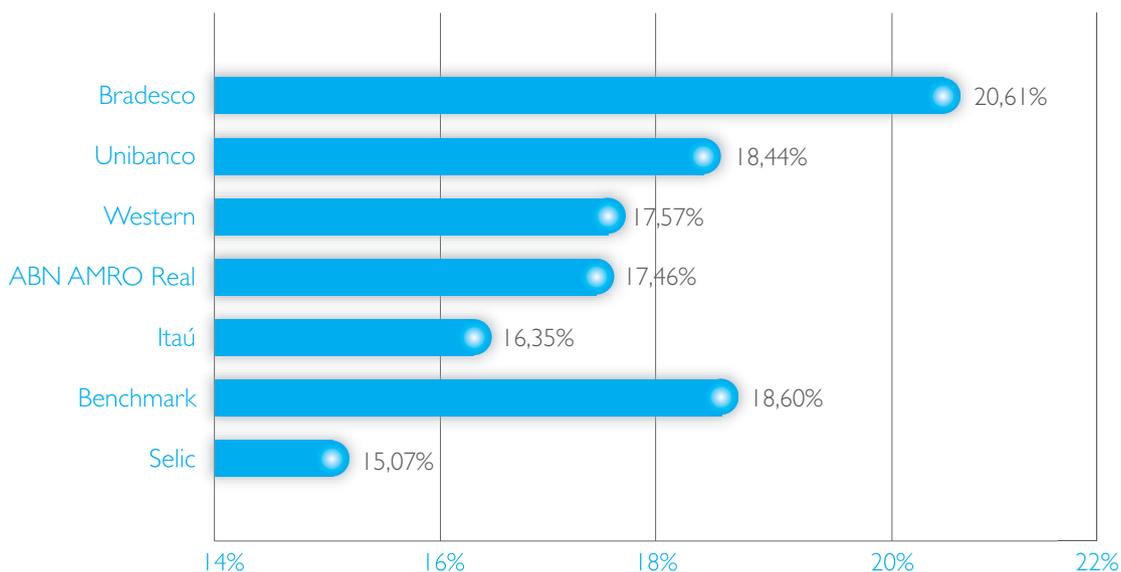
Onde: IBX-50: rentabilidade de uma carteira teórica composta pelas ações das 50 maiores empresas negociadas na BOVESPA.

Gestor	Fundos de Renda Variável (Quotas de Fundos de Ações)	Qtde. Cotas	R\$ Mil	% Do Plano
Itaú	Luxor	12.149,22932	89.180	13,4
Bradesco	Ideal	9.239,04350	53.695	8,1
Western	Life	4.492,47076	32.190	4,8
ABN AMRO Real	Multiply Variable	4.331,56116	32.183	4,8
Unibanco	Previdência B	431,90775	3.125	0,5
TOTAL			210.373	31,6

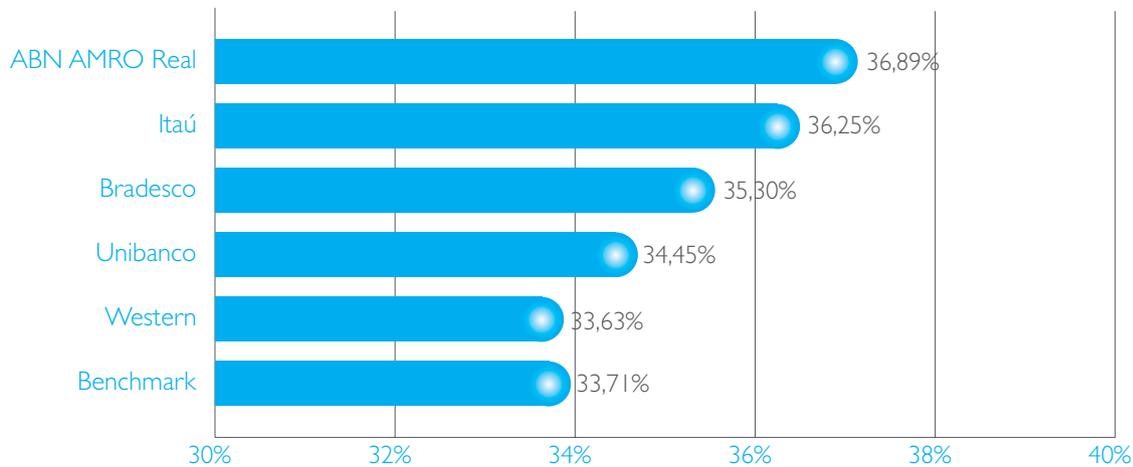
Obs: A composição detalhada dos fundos acima encontra-se no anexo II.

7.5 PERFORMANCE EM 2006

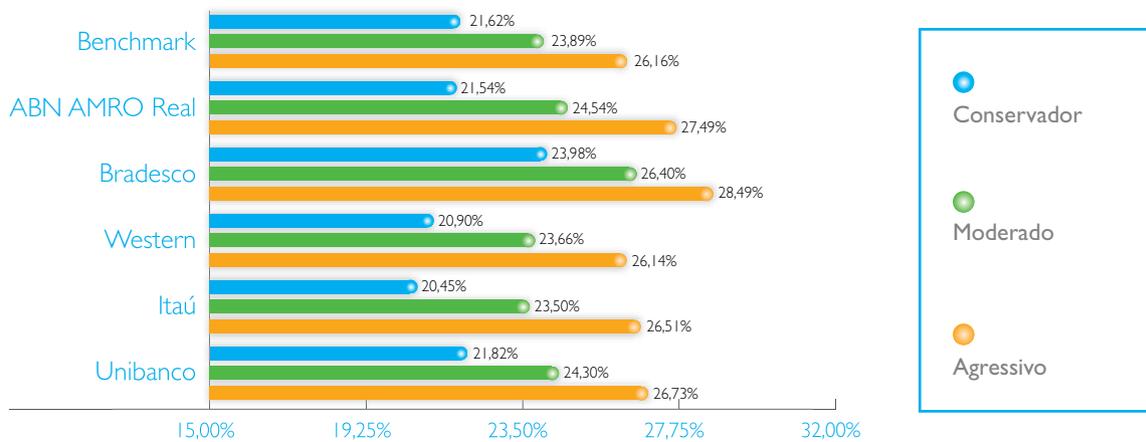
7.5.1 POR FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA FIXA



7.5.2 POR FUNDO DE INVESTIMENTO DE RENDA VARIÁVEL



7.5.3 POR PERFIL DE INVESTIMENTO



7.6 DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS DA GESTÃO

I - GESTÃO INTERNA	R\$ MIL	%
- Salários e Encargos	1.008	23,2
- Tecnologia da Informação	282	6,5
- Despesas Gerais	251	5,8
- Alojamento (Aluguel / Condomínio)	159	3,7
- Novos Regulamentos, Estatutos e Relatórios de Exercícios	67	1,6
- Impostos e Taxas	112	2,6
- Controladoria	109	2,5
- Consultorias	104	2,4
- Avaliações Atuariais	79	1,8
- Auditorias	24	0,5
- Honorários Advocatícios	5	0,1
SUB-TOTAL	2.200	50,7

Do valor acima informado (R\$ 2.200 mil) as despesas de administração/seguridade totalizaram R\$ 1.431 mil, ficando abaixo do limite de 15% das contribuições, conforme determina a legislação.

II - GESTÃO EXTERNA	R\$ MIL	%
- Taxa Administrativa	1.247	28,7
- Corretagem	389	9,0
- CPMF	100	2,3
- Custódia	168	3,9
- Taxa Fiscalização CVM	65	1,5
- Auditorias	98	2,2
- Despesas Gerais	73	1,7
SUB-TOTAL	2.140	49,3
TOTAL (I + II)	4.340	100,0

7.7 POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DE 2007

7.7.1 OBJETIVOS

Essa versão da Política de Investimentos, que estará em vigor durante o ano de 2007, tem como objetivo definir para os gestores, o custodiante de recursos, os órgãos reguladores, os Participantes e os beneficiários, as diretrizes para os investimentos da PSS, de forma a garantir a sua segurança, liquidez e rentabilidade, visando otimizar a acumulação de rendimentos nas contas individuais do Plano C.

Nesse sentido ela contempla:

- Avaliar o cenário macroeconômico esperado para o ano de 2007;
- Estabelecer critérios para contratação e avaliação da performance dos gestores dos investimentos;
- Definir a alocação dos recursos entre as carteiras de investimentos;
- Comunicar as metas de rentabilidade esperadas para as carteiras;
- Estabelecer os desvios máximos permitidos dessas metas de rentabilidade;
- Determinar o nível mínimo de liquidez a ser mantido para saldar as obrigações de curto prazo do plano;
- Fixar os níveis de risco de crédito mínimo admissíveis para os investimentos;
- Comunicar as funções do custodiante dos ativos;
- Definir o método de valoração dos investimentos.

7.7.2 CENÁRIO MACROECONÔMICO

As pressões inflacionárias deverão continuar, em nível mundial, sob controle, apesar da abundante liquidez global. Portanto acredita-se que as taxas de juros de curto prazo nos Estados Unidos chegaram ao seu pico em 2006, devendo sofrer ao menos um corte ao longo de 2007. Por outro lado, o aperto monetário na região do Euro e no Japão deverá ser moderado ao longo do ano. Esse cenário deverá continuar favorecendo os países emergentes em 2007, fazendo com que a volatilidade nos seus mercados continue relativamente baixa.

No Brasil em 2007, são esperados: uma inflação sob controle (aproximadamente 4%), um nível de crescimento moderado (ao redor de 4%), o Real praticamente não sofrendo qualquer desvalorização durante o ano contra o dólar (final do ano a R\$ 2,20) e uma situação extremamente confortável para as contas externas, com as reservas atingindo mais uma vez níveis recordes. Conseqüentemente, continuará sendo possível o Banco Central prosseguir com a redução gradual das taxas de juros de curto prazo (Selic) ao longo do ano, cujo valor médio deverá ficar em 8% ao ano em termos reais.

Esse cenário deverá favorecer de uma maneira geral o alongamento dos investimentos no Brasil. Portanto, os rendimentos da Bolsa de Valores e dos títulos de renda fixa de longo prazo deverão ser atraentes. O mesmo deverá ocorrer com investimentos em imóveis, porém nesse segmento continuará existindo o inconveniente da baixa liquidez.

7.7.3 CRITÉRIOS PARA A CONTRATAÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES

As instituições financeiras voltadas para a gestão de ativos geralmente têm na pesquisa de mercado e de novas oportunidades de investimentos, bem como no permanente acompanhamento de alterações legais e regulamentares, os seus pontos fortes. Portanto, tendo isso em mente, a PSS desde seu início em 1977 decidiu, ao invés de constituir equipe própria, terceirizar a gestão de seus ativos mobiliários através de instituições financeiras qualificadas, os chamados gestores.

Os gestores são avaliados anualmente, pelo Comitê de Investimentos da PSS, com base em sua solidez, tradição, capacitação técnica, carteira de clientes, nível de cumprimento dessa política de investimentos, e, em alguns indicadores de performance passada, tais como rentabilidades obtidas e desvio em relação às metas de rentabilidade estabelecidas. Será melhor avaliado o gestor que tiver durante o ano a maior somatória da relação retorno mensal dividido pelo desvio mensal em relação à meta de rentabilidade estabelecida, ou seja, não é suficiente ter um bom retorno no ano, mas sim ter retornos mensais da forma mais constante possível.

Além dos critérios acima, a receptividade junto aos Participantes será considerada. Portanto gestores que tenham poucas adesões de Participantes poderão ser excluídos.

7.7.4 ALOCAÇÃO DE RECURSOS EM FUNDOS EXCLUSIVOS

Os recursos a nível consolidado do Plano C serão alocados nos chamados fundos de investimentos exclusivos, ou seja, onde a PSS é a única cotista, e que possuem regulamentos desenhados sob medida para atender aos objetivos de investimentos dessa política.

Esses fundos exclusivos serão de dois tipos:

7.7.4.1 RENDA FIXA

Os fundos de Renda Fixa possuirão basicamente títulos que rendem juros, sendo permitida a alocação em títulos públicos federais, certificados e recibos de depósito bancários (CDBs / RDBs), debêntures, cédulas de crédito bancário (CCBs),

certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), fundos de investimento no exterior (FIEs) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

O total dos recursos aplicados em FIEs não poderá ultrapassar 10% do patrimônio dos fundos.

Os recursos aplicados em CDBs / RDBs, por emissor, não deverão ultrapassar 5% do patrimônio dos fundos. Para debêntures, CRIs, FIDCs e CCBs, esse limite será de 2%.

Ao contrário dos títulos privados, não haverá limite quanto à alocação de títulos públicos, exceto os estaduais e municipais, cuja alocação não será permitida.

No mercado secundário, os gestores deverão preferencialmente transacionar títulos através de plataformas eletrônicas, mas quando isso não for possível e caso os preços negociados se situem fora da banda de preços da Andima, eles deverão preparar relatório a ser encaminhado ao Conselho Fiscal da PSS nos termos da Resolução CGPC nº 21.

7.7.4.2 RENDA VARIÁVEL

Os fundos de Renda Variável possuirão principalmente ações cotadas em bolsa de valores, mas, numa proporção menor (até 33% do patrimônio), poderão conter títulos que rendem juros, ou seja, os mencionados no item 4.1.

As ações alocadas a esse tipo de fundo deverão pertencer preferencialmente ao índice IBX-50, que é composto pelas ações das 50 maiores empresas cotadas na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo), mas será permitida também a alocação em ações que não pertençam a esse índice.

Será permitido aos fundos alugar, através da CBLC, até 50% da carteira mantida para uma dada ação.

As operações de compra ou venda de ações deverão ter no mínimo 80% de devolução da taxa padrão de corretagem da BOVESPA.

7.7.5 ALOCAÇÃO DOS RECURSOS EM CARTEIRAS VIRTUAIS

Conforme a opção anual de cada Participante do Plano C, os investimentos serão distribuídos em uma das três carteiras previstas no regulamento do mesmo, dependendo do nível de risco desejado (conservador, moderado e agressivo). Conseqüentemente, o saldo do Participante será

dividido entre os fundos exclusivos de renda fixa e variável da seguinte maneira:

- **Conservador:** 80% em fundos de renda fixa e 20% em fundos de ações.
- **Moderado:** 65% em fundos de renda fixa e 35% em fundos de ações.
- **Agressivo:** 50% em fundos de renda fixa e 50% em fundos de ações.

7.7.6 METAS DE RENTABILIDADE (BENCHMARKS)

Em que pese o fato do Plano C, ao contrário do Plano B, não possuir meta atuarial e não fixar o nível de benefício futuro na suplementação é objetivo dessa política de investimentos estabelecer metas de rentabilidade para as carteiras de renda fixa e variável de modo a otimizar a acumulação de rendimentos nas contas individuais dos Participantes.

Essas metas de rentabilidade serão estabelecidas para os fundos exclusivos da seguinte forma:

7.7.6.1 RENDA FIXA

Conforme cenário macroeconômico projetado nessa política, é esperada para 2007 a redução no nível de juros reais, além disso, foi anunciada uma menor oferta de títulos públicos indexados ao Selic.

Conseqüentemente, para induzir os gestores a alongar o prazo da carteira resolveu-se adotar como meta de rentabilidade para a renda fixa um índice composto da seguinte forma:

30% IMAC + 50% IMAB + 20% SELIC

Onde:

IMAC: rentabilidade, divulgada pela ANDIMA, de uma carteira teórica composta por títulos públicos

federais indexados pelo IGPM.

IMAB: rentabilidade, divulgada pela ANDIMA, de uma carteira teórica composta por títulos públicos federais indexados pelo IPCA.

SELIC: rentabilidade acumulada das operações por 1 dia envolvendo títulos federais. É divulgada diariamente pelo Banco Central.

7.7.6.2 RENDA VARIÁVEL

A meta de rentabilidade para os fundos de renda variável será:

-100% do IBX-50

Onde:

IBX-50: rentabilidade de uma carteira teórica composta pelas ações das 50 maiores empresas negociadas na BOVESPA.

7.7.7 GESTÃO DE RISCOS

7.7.7.1 RENDA FIXA

Quanto ao risco de liquidez, os fundos de renda fixa deverão manter aplicados no mínimo 10% de seus recursos em títulos públicos federais de prazo não superior a 1 ano.

Quanto ao risco de mercado, esses fundos terão como limite o VAR Relativo Paramétrico, ou seja o desvio em relação à meta de rentabilidade estabelecida em 6.1, de 0,5% ao mês com 95% de intervalo de confiança. Caso esse limite seja excedido, a PSS deverá ser consultada pelo gestor para aprovação da estratégia de reenquadramento.

Quanto ao risco de crédito, os fundos de renda fixa somente poderão manter títulos avaliados por pelo menos uma das agências abaixo com as respectivas avaliações (ratings) mínimas:

Agência	Maior 1 Ano	Até 1 Ano
FITCH RATINGS	A-(bra)	F2+(bra)
MOODY'S INVESTOR	Aa3.br	BR-2
STANDARD & POORS	brA-	brA-2

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo título, deverá ser considerada a pior avaliação, que, caso não atinja os níveis mínimos acima estabelecidos, acarretará na impossibilidade da manutenção do título.

7.7.7.2 RENDA VARIÁVEL

O risco de Mercado dos fundos de renda variável será controlado também pelo VAR Relativo Paramétrico, ou seja, o desvio em relação à meta de rentabilidade estabelecida em 6.2, que não poderá ultrapassar 5% ao ano com 95% de intervalo de confiança. Caso esse limite seja excedido, a PSS deverá ser consultada para aprovação da estratégia de reenquadramento.

7.7.8 OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

7.7.8.1 RENDA FIXA

Será permitido o uso de derivativos sem sobre-exposição, isto é, a somatória de todas as exposições tem que ser igual a 80% do valor dos ativos para:

- I) hedge quanto à exposição ao benchmark;
- II) exposição ativa.

Além da exigência acima, as operações com derivativos deverão ser feitas na CBLC ou na BM&F, na modalidade com garantia.

7.7.8.2 RENDA VARIÁVEL

Serão vedadas as operações de derivativos nos fundos de renda variável.

7.7.9 CUSTÓDIA

A custódia dos ativos de todos os fundos do Plano C será centralizada no Banco Itaú, o qual tem como responsabilidades:

- a liquidação financeira dos movimentos nos fundos;
- o registro e guarda dos títulos;
- a valorização dos ativos e das cotas dos fundos;
- a consolidação das informações para consultas.

7.7.10 ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Os preços dos ativos serão valorizados diariamente pelo custodiante de acordo com os níveis vigentes no Mercado, ou seja, será feita a chamada marcação a mercado.



Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Diretores da
PSS - Seguridade Social
São Paulo - SP

Examinamos o balanço patrimonial da PSS - Seguridade Social, levantado em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os

sistemas contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PSS - Seguridade Social em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações e os fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis da PSS - Seguridade Social referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins

de comparabilidade, foram por nós auditadas e, sobre elas, emitimos nosso parecer, sem ressalvas, datado de 24 de fevereiro de 2006, com menção de que nossa opinião no que se refere

às provisões matemáticas, reservas e fundos foi fundamentada exclusivamente no parecer de atuário externo, em consonância com as normas brasileiras de auditoria vigentes à época.

23 de fevereiro de 2007

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC ISPI60769/O-0

(Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005:					
Ativo	2006	2005	Passivo	2006	2005
Disponível	195	249	Operacional	5.605	4.698
Realizável	1.675.227	1.474.339	Programa previdencial	1.817	934
Programa previdencial	2.965	3.513	Programa administrativo	3.197	2.435
Programa administrativo	2.705	2.257	Programa de investimentos	591	1.329
Programa de investimentos	1.669.557	1.468.569	Contingencial	-	16.675
Renda fixa	1.249.189	1.002.572	Programa de investimentos	-	16.675
Renda variável	254.038	209.047	Exigível atuarial	1.258.947	1.381.106
Investimentos imobiliários	140.918	229.963	Provisões matemáticas		
Operações com participantes	25.412	26.987	Benefícios concedidos	773.180	846.106
Permanente	81	98	Benefícios a conceder	520.741	580.179
Imobilizado	81	98	Provisões matemáticas a constituir	-34.974	-45.179
			Reservas e fundos	410.951	72.207
			Equilíbrio técnico	38.683	1.419
			Resultados realizados	38.683	1.419
			Superávit técnico acumulado	38.683	1.419
			Fundos	372.268	70.788
			Programa previdencial	370.646	69.417
			Programa administrativo	1.622	1.371
	1.675.503	1.474.686		1.675.503	1.474.686

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005:

	2006	2005
Programa previdencial		
Recursos coletados	36.892	57.744
Recursos utilizados	(97.115)	(103.417)
Custeio administrativo	(2.113)	(2.030)
Recursos oriundos do programa administrativo	-	19
Resultados dos investimentos previdenciais	278.670	206.961
Constituições/reversões de provisões atuariais	122.159	(134.640)
Constituições de fundos	(301.229)	(36.367)
Superávit/ (déficit) técnico do exercício	37.264	(11.730)
Programa administrativo		
Recursos oriundos de outros programas	3.263	3.164
Despesas	(3.264)	(3.313)
Recursos transferidos para o programa previdencial	-	(19)
Resultados dos investimentos administrativos	252	193
Constituições de fundos	(251)	(25)
Programa de investimentos		
Renda fixa	171.921	149.053
Renda variável	63.818	55.175
Investimentos imobiliários	42.533	18.000
Operações com participantes	2.629	2.906
Relacionados com o disponível	(829)	(507)
Constituição de contingências	-	(16.339)
Custeio administrativo	(1.150)	(1.134)
Resultado transferido para outros programas	(278.922)	(207.154)

(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS FINANCEIROS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005:

	2006	2005
Programa previdencial	(58.792)	(47.280)
Entradas	37.440	57.701
Recursos coletados	36.892	57.744
Recursos a receber	548	(43)
Saídas	(96.232)	(104.981)
Recursos utilizados	(97.115)	(103.417)
Utilizações a pagar	883	(1.564)
Programa administrativo	(2.933)	(3.892)
Entradas	432	-
Receitas futuras	432	-
Saídas	(3.365)	(3.892)
Despesas	(3.264)	(3.313)
Despesas a pagar	137	205
Despesas futuras	-	(347)
Permanente	17	14
Outros realizáveis/exigibilidades	(255)	(451)
Programa de investimentos	61.671	51.416
Renda fixa	(74.696)	(22.417)
Renda variável	18.827	54.474
Investimentos imobiliários	131.578	20.466
Constituições/reversões de contingências	(16.675)	336
Operações com participantes	3.466	(379)
Relacionados com o disponível	(829)	(541)
Relacionados com tributos	-	(523)
Fluxo das disponibilidades	(54)	244
Variação nas disponibilidades	(54)	244

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

A PSS - Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, constituída em 1977 sob a forma de sociedade civil pelas patrocinadoras sendo o seu funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.384/78, do Ministério da Previdência Social (MPS). O objetivo da Entidade é assegurar aos seus Participantes e seus dependentes legais os seguintes benefícios previdenciários:

- Suplementação de aposentadoria por invalidez, velhice, tempo de serviço, especial e de abono anual;
- Suplementação de pensão, auxílio-doença e pecúlio por morte.

Ao final do exercício de 1996, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar e implantado na Entidade um novo Plano de Suplementação, denominado Plano "C", com característica de contribuição definida para benefícios programáveis e benefício definido para os benefícios não programáveis.

A Entidade conta também com o plano de benefício definido, denominado Plano "B", que foi encerrado para novas inscrições a partir da aprovação do Plano "C".

Em 31 de dezembro de 2006, a Entidade conta com 9.122 Participantes ativos (10.882 em 2005), 4.191 já em gozo de benefícios (4.141 em 2005) e 242 em regime de benefício proporcional diferido vesting (180 em 2005).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e em consonância com as diretrizes contábeis para Entidades Fechadas de Previdência Complementar estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), do Ministério da Previdência Social (MPS).

3. Descrição das principais práticas contábeis**3.1 Realizável - Programa previdencial e administrativo**

Os realizáveis do programa previdencial são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável,

as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.2 Realizável - Programa de investimentos

a. Títulos e valores mobiliários - Renda fixa e renda variável

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC), por meio da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

I. Títulos para negociação - Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

II. Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Renda fixa

Representa as aplicações em cotas de fundos de renda fixa e estão registradas pelo valor da cota na data do balanço, calculada e informada pelo banco custodiante.

Renda variável

Representa cotas de fundos de renda variável e debêntures. As cotas dos fundos de investimento estão registradas pelo valor da cota na data do balanço, calculada e informada pelo banco custodiante.

As debêntures estão registradas ao preço de custo, acrescido dos rendimentos contratuais auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisões para reduzi-las ao seu valor estimado de realização.

b. Investimentos imobiliários

Estão registrados pelo valor da última avaliação realizada em 2006. Essa avaliação é elaborada a cada três anos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no tempo de vida útil informado nos laudos de reavaliação, sendo a taxa anual de 1,4% a 2,8% para edificações e de 3,3% a 25% para instalações, e sua contrapartida é lançada como despesa no programa de investimentos.

c. Operações com Participantes

Registram as operações de empréstimos concedidos a Participantes (ativos e suplementados). Seu saldo reflete a posição da carteira na data do balanço, atualizado monetariamente com base na variação da TR e acrescido de juros até janeiro de 2002 e, para as concessões após janeiro de 2002, atualizado monetariamente pela variação do IPC/DI-FGV acrescido de juros à taxa mensal de 0,5%. Os valores dos empréstimos são concedidos líquidos de 2% ou 3% referente à taxa de administração.

d. Investimentos imobiliários

Estão registrados pelo valor da última avaliação realizada em 2006. Essa avaliação é elaborada a cada três anos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base

no tempo de vida útil informado nos laudos de reavaliação, sendo a taxa anual de 1,4% a 2,8% para edificações e de 3,3% a 25% para instalações, e sua contrapartida é lançada como despesa no programa de investimentos.

e. Operações com Participantes

Registram as operações de empréstimos concedidos a Participantes (ativos e suplementados). Seu saldo reflete a posição da carteira na data do balanço, atualizado monetariamente com base na variação da TR e acrescido de juros até janeiro de 2002 e, para as concessões após janeiro de 2002, atualizado monetariamente pela variação do IPC/DI-FGV acrescido de juros à taxa mensal de 0,5%. Os valores dos empréstimos são concedidos líquidos de 2% ou 3% referente à taxa de administração.

3.3 Exigível operacional

São demonstrados pelo valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.4 Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente a avaliação a preço de mercado e de realização da carteira de investimentos, provisão para contingências e os passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.5 Demonstração de resultados

Os componentes da demonstração do resultado são registrados pelo regime de competência; os encargos referentes à depreciação e à amortização são apurados em registros auxiliares, de acordo com a legislação em vigor.

3.6 Demonstração do fluxo financeiro

A demonstração do fluxo financeiro foi elaborada em conformidade com o estabelecido pela Resolução nº 5, de 30 de janeiro de 2002, do MPS/CGPC (Ministério da Previdência Social - Conselho de Gestão da Previdência Complementar). Nos programas previdencial e administrativo, as entradas e saídas são apresentadas em separado, ao passo que no programa de investimentos são apresentadas líquidas, por subgrupo desse programa. Entradas representam receitas e variações positivas das contas patrimoniais e saídas representam despesas e variação negativa das contas referentes a cada programa, líquida dos eventos que não representam movimentação de recursos financeiros (depreciações).

3.7 Regime financeiro

Plano B - A Entidade adota o regime financeiro de: (i) capitalização (método do crédito unitário projetado) para os benefícios de aposentadoria por tempo de serviço, especial, por idade, por invalidez, benefício diferido, pensão por morte do aposentado e pecúlio por morte do aposentado; (ii) repartição de capitais de cobertura para pensão por morte do Participante ativo, auxílio-doença e auxílio-reclusão; (iii) repartição simples para pecúlio por morte do Participante ativo, resgate e portabilidade.

Plano C - A Entidade adota o regime financeiro de: (i) capitalização (método do crédito unitário projetado) para invalidez e

pensão por morte do aposentado e capitalização financeira para aposentadoria por tempo de serviço, especial, por idade e benefício diferido; (ii) repartição de capitais de cobertura para pensão por morte do Participante ativo, auxílio-doença e auxílio-reclusão; e (iii) repartição simples para pecúlio por morte do Participante ativo.

Em conformidade com esses regimes, a provisão matemática é o valor atual dos benefícios a serem pagos, descontado do valor atual dos custos normais futuros, de acordo com os métodos e hipóteses atuariais adotados.

O custo do tempo de serviço anterior ao ingresso dos Participantes no plano de benefícios definidos foi coberto parcialmente por dotação inicial e a constituição de provisões para a parte não coberta está sendo feita mensalmente por meio de parte das contribuições correntes. O prazo de amortização das provisões matemáticas a constituir - serviço passado é de dez anos e cinco meses, conforme definido na avaliação atuarial de 2001, contados a partir de 30 de junho de 2006.

3.8 Transferências interprogramas

Os critérios utilizados nas transferências interprogramas relativas a cada um dos programas, constantes da demonstração de resultado, foram:

• Programa previdencial

Recebe valores transferidos do programa de investimentos dos recursos relativos ao resultado líquido dos investimentos de cada mês.

• Programa administrativo

Creditado pela transferência do programa de investimentos, dos recursos necessários para cobertura das suas despesas administrativas.

Creditado pela transferência do programa previdencial, dos recursos oriundos da sobrecarga administrativa, para cobertura de despesas administrativas, conforme previsto no estatuto e na avaliação atuarial, cujo valor determinado em legislação é limitado em 15% (quinze por cento) das receitas de contribuições.

• Programa de investimentos

São transferidos para o programa previdencial o resultado líquido dos investimentos de cada mês e para o programa administrativo o valor correspondente à cobertura das despesas administrativas dos investimentos.

3.9 Custeio administrativo

O custeio administrativo da Entidade engloba as despesas administrativas de todos os programas, utilizando para sua cobertura a receita prevista no plano de custeio anual pelo atuário, que é apropriado mensalmente.

3.10 PIS/COFINS

Programa administrativo

Contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitado aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

3.11 Imposto de renda

Com advento da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de

2004, publicada no DOU, em 30 de dezembro de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2005, o imposto de renda incide sobre os benefícios e resgates pagos aos Participantes do plano da Fundação, de acordo com a opção realizada pelo Participante e regras dispostas na Lei, da seguinte forma:

- I. Por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% e 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do Participante no plano de benefícios; ou
- II. Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

4. Ativo - Programa previdencial

	2006	2005
Contribuições vincendas a receber:		
Patrocinadoras	1.932	2.279
Participantes	940	1.166
Autofinanciados	<u>93</u>	<u>68</u>
	2.965	3.513

5. Ativo - Programa administrativo

O saldo em 31 de dezembro de 2006 de R\$ 2.705 (R\$ 2.257 em 2005), é representado principalmente pelas parcelas a receber da ação de repetição de indébito no valor de R\$ 2.159 (R\$ 1.727 em 2005) movida contra o INSS por conta das contribuições recolhidas ao INSS sobre o pagamento a autônomos na prestação de serviços assistenciais.

6. Ativo - Programa investimentos

a. Composição e avaliação pelo valor de mercado - Títulos e valores mobiliários

	2006		2005
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil
Títulos para negociação:			
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	1.050.192	1.050.192	783.068
Debêntures ⁽²⁾	<u>26.100</u>	<u>26.100</u>	<u>27.216</u>
	<u>1.076.292</u>	<u>1.076.292</u>	<u>810.284</u>
Títulos mantidos até o vencimento:			
Cotas de fundos de investimentos ⁽³⁾	<u>426.936</u>	<u>456.085</u>	<u>401.335</u>
Total	<u>1.503.228</u>	<u>1.532.377</u>	<u>1.211.619</u>

(1) Representadas por cotas de 11 fundos exclusivos tendo a administração do ABN AMRO Real S.A., do BRAM - Bradesco Asset Management Ltda., do Banco Itaú S.A., do Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A. e do Western Asset. Estão apresentados com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos na data de balanço.

(2) Debêntures registradas ao preço de custo, acrescido dos rendimentos contratuais auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisões para reduzi-las ao seu valor estimado de realização.

(3) Representam parte da carteira de títulos do fundo denominado Bradesco FI Multimercado Plano B. Estão apresentados com base no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo na data de balanço. Durante o exercício de 2006, foram negociados parte dos títulos classificados na categoria "Mantidos até o vencimento" antes do vencimento, com objetivo do alongamento do prazo da carteira e conseqüente melhor adequação do prazo do passivo atuarial:

Data da negociação	Tipo	Quantidade negociada	Valor negociado	Resultado
31/07/2006	NTN-B	20.000	29.479	865
02/08/2006	NTN-B	20.000	29.471	1.034
07/08/2006	NTN-B	20.000	29.609	1.173
08/08/2006	NTN-B	20.000	29.677	1.169
07/12/2006	NTN-B	16.969	<u>27.259</u>	<u>450</u>
			<u>145.495</u>	<u>4.691</u>

b. Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

As cotas de fundos de renda fixa e de renda variável estão registradas pelo valor da cota, na data de encerramento do balanço, calculada e informada pelo banco custodiante único.

c. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Renda fixa

	2006	2005
Cotas de fundos de renda fixa ⁽¹⁾	<u>1.249.189</u>	<u>1.002.572</u>
	<u>1.249.189</u>	<u>1.002.572</u>

Renda variável

	2006	2005
Cotas de fundos de ações ⁽¹⁾	227.939	181.830
Debêntures ⁽²⁾	<u>26.100</u>	<u>27.216</u>
	<u>254.039</u>	<u>209.046</u>

(1) Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos são compostos pelas seguintes aplicações em 31 de dezembro de 2006:

Fundos de renda fixa	2006	2005
Títulos para negociação		
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	476.427	39.862
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	116.647	131.572
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	94.895	206.404
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	64.026	132.934
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	46.818	73.126
Debêntures	10.327	6.679
Cotas de fundos de investimentos	9.866	10.778
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	3.128	-
Tesouraria, contas a receber e a pagar	<u>119</u>	<u>(118)</u>
Subtotal	<u>822.253</u>	<u>601.237</u>

Títulos mantidos até o vencimento

Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	348.455	328.165
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	60.496	57.580
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	<u>17.985</u>	<u>15.590</u>
Subtotal	<u>426.936</u>	<u>401.335</u>
Total - Fundos de renda fixa	<u>1.249.189</u>	<u>1.002.572</u>

Fundos de renda variável

Títulos para negociação

Ações	222.765	177.561
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	16.775	22.049
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.355	252
Debêntures	1	1
Tesouraria, contas a receber e a pagar	<u>(12.957)</u>	<u>(18.033)</u>

Total - Fundos de renda variável **227.939** **181.830**

(2) Estão incluídos no saldo de debêntures:

a. R\$ 10.840 (líquidos de provisão para perda) (R\$ 10.840 em 2005) referentes a 480 debêntures emitidas pela Serra Azul Water Park S.A. (Serra Azul), responsável pela construção do parque

aquático Wet'n' Wild em Valinhos, Estado de São Paulo. Em julho de 1998 a PSS firmou Instrumento Particular de Compromisso de compra e venda de debêntures e outras avenças com a empresa Método Engenharia S.A. A titularidade dessas debêntures seria transferida em 16 de dezembro de 2002, quando do pagamento da última parcela da negociação, porém o pagamento não foi efetuado até a presente data. A Entidade está cobrando a dívida na Justiça e já foi feita penhora de bens da devedora.

b. R\$ 15.260 (líquidos de provisão para perdas) (R\$ 16.376 em 2005) referentes a 2.300 debêntures emitidas pela Hauscenter S.A., co-proprietária do Edifício World Trade Center em São Paulo (WTC). Essas debêntures, de acordo com a escritura de emissão, são contabilizadas pelo P.U. do papel, isto é, atualizadas pelo IGP-M. Embora desde dezembro de 1999 a PSS tenha conseguido vender 56% do investimento inicial, pelo P.U. do papel que incorpora o IGP-M, essas vendas foram feitas a um único investidor, tendo as vendas expressivas ocorrido em dezembro de 1999, junho de 2000 e dezembro de 2001. Durante o ano de 2003, não havendo mais interesse por parte desse investidor e nenhum outro interessado, e considerando que o IGP-M tem apresentado valorização maior do que a das quotas do WTC, a Entidade constituiu uma provisão para perdas. A provisão foi constituída com base na diferença entre o valor contábil (valorizado pelo P.U. do papel corrigido pelo IGP-M) e o valor reavaliado do imóvel (WTC), conforme demonstrações financeiras publicadas da Hauscenter S.A., referentes a 31 de dezembro de 2003.

d. Investimentos imobiliários

	2006	2005
Custo - Terrenos e edificações		
Imóveis locados a patrocinadoras	6.763	10.104
Imóveis locados a terceiros	13.454	152.262
Investimentos em <i>shopping center</i>	<u>64.964</u>	<u>37.564</u>
	<u>85.181</u>	<u>199.930</u>
Custo - Instalações		
Imóveis locados a patrocinadoras	8.034	8.034
Imóveis locados a terceiros	<u>100</u>	<u>16.193</u>
	<u>8.134</u>	<u>24.227</u>
Depreciações	<u>(6.019)</u>	<u>(22.576)</u>
	<u>87.296</u>	<u>201.581</u>
Direito em alienação de imóveis	28.339 ⁽¹⁾	-
Aluguéis a receber	1.242	1.173
Participações em fundo de Invest.		
Imob.Vr. Receber	<u>24.041⁽³⁾</u>	<u>27.209</u>
	<u>140.918</u>	<u>229.963</u>

Reavaliação de imóveis

Em 2006 a Entidade realizou a reavaliação dos investimentos imobiliários. O efeito dessa reavaliação foi reconhecida contabilmente em outubro de 2006, resultando em um aumento da carteira imobiliária de R\$ 25.657. Os laudos foram elaborados pela empresa Consult Soluções Patrimoniais (Shopping Morumbi) e Cushman & Wakefield Semco (demais imóveis).

Alienação de investimentos imobiliários

(1) Em setembro de 2006 a Entidade vendeu por R\$ 120.000 para a empresa Aladim Participações Ltda. (do grupo Prosperitas) os edifícios localizados na Av. Nações Unidas 1.2495 e na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini 1.400. O montante de R\$ 90.000 foi recebido à vista e os R\$ 30.000 restantes foram financiados em cinco anos a uma taxa de juros de 8% a.a. com atualização anual pelo IPC-DI (FGV). Em 31 de dezembro de 2006 o saldo financiado a receber é de R\$ 28.339. Esses imóveis foram avaliados antes da venda pelo valor de R\$ 104.063, embora seu valor contábil fosse de R\$ 130.416.

(2) Em dezembro de 2006 a Entidade vendeu à vista, por R\$ 7.500, o imóvel localizado na Av. Dr. Cardoso de Melo, nº 1.155, para a empresa Diavarum Administradora de Bens Ltda. O valor contábil antes da venda era de R\$ 7.257.

(3) Em dezembro de 2006 a Entidade vendeu as cotas do SC Fundo de Invest. Imobiliário - Shopping Ribeirão Preto para o grupo Multiplan Empreendimentos Imobiliários S.A. pelo valor de R\$ 40.000. O montante de R\$ 16.000 foi recebido à vista, e o restante R\$ 24.000 mil, financiado em cinco anos, a uma taxa de juros de 9% a.a., com correção monetária mensal em função da variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2006 o saldo financiado a receber é R\$ 24.041. O valor contábil antes da venda era de R\$ 29.865.

e. Operações com Participantes

	2006	2005
Empréstimos a Participantes ativos	24.912	26.010
Empréstimos a Participantes suplementados	547	1.146
Provisão para perdas	(47)	(169)

25.412 26.987

7. Exigível operacional

	2006	2005
Programa previdencial		
Utilizações a pagar	1.817	934
	<u>1.817</u>	<u>934</u>

Programa administrativo

Credores diversos	1.447	1.310
Receitas futuras	1.055	623
IRRF a recolher	679	486
Outros	16	16
	<u>3.197</u>	<u>2.435</u>

Programa de investimentos

Operações com empréstimos	591	1.329
	<u>591</u>	<u>1.329</u>

8. Exigível contingencial

A PSS - Seguridade Social estava discutindo judicialmente processos de execução fiscal pelo não-recolhimento do IPTU de

seus imóveis, tendo obtido sentença concedida pela Décima Vara da Fazenda Pública, que lhe reconheceu a imunidade a esse imposto. Apesar disso, considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que as entidades que recebem contribuições de Participantes não são imunes ao IPTU (decisão de 31 de dezembro de 2005), provisionou o montante de R\$ 16.675 em 2005. Em 2006, aderiu ao Programa de Anistia estabelecido pela Prefeitura do Município de São Paulo, através do qual foi dispensada de pagar juros e 75% da multa de todos os processos de execução, tendo recolhido em parcela única o saldo do débito de R\$ 16.608.

9. Exigível atuarial

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo contratado pela Entidade, no caso a Towers Perrin Foster & Crosby Ltda., por meio de parecer, em conformidade com critérios aprovados pela SPC, e estão representados por:

a. Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos benefícios pagos aos assistidos já em gozo do benefício.

b. Benefícios a conceder

Plano "B" e Plano "C" (benefícios definidos)

Correspondem ao valor atual dos benefícios futuros, líquidos dos custos normais futuros, que não façam parte das provisões matemáticas de benefícios concedidos.

Plano "C" (contribuições definidas)

Correspondem às contribuições individuais dos Participantes, acrescidas das contribuições correspondentes às patrocinadoras.

c. Provisões matemáticas a constituir

Correspondem à parcela de reserva a constituir relativa ao tempo de serviço anterior que está sendo devidamente integralizada por taxa suplementar média a ser aplicada sobre a folha de salários, e refere-se ao Plano "B" (benefícios definidos).

d. Composição do exigível atuarial

	Plano B		Plano C		Total	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Provisões matemáticas						
Benefício definido	729.584	801.799	10.162	12.803	739.746	814.602
Contribuição definida	-	-	<u>33.434</u>	<u>31.504</u>	<u>33.434</u>	<u>31.504</u>
Benefícios concedidos	<u>729.584</u>	<u>801.799</u>	<u>43.596</u>	<u>44.307</u>	<u>773.180</u>	<u>846.106</u>
Benefício definido	139.840	167.582	6.802	7.041	146.642	174.623
Contribuição definida	-	-	381.912	415.515	381.912	415.515
(-) Outras contribuições de geração atual	<u>(5.427)</u>	<u>(7.769)</u>	<u>(2.386)</u>	<u>(2.190)</u>	<u>(7.813)</u>	<u>(9.959)</u>
Benefícios a conceder	<u>134.413</u>	<u>159.813</u>	<u>386.328</u>	<u>420.366</u>	<u>520.741</u>	<u>580.179</u>
(-) Serviço passado	(43.851)	(45.179)	-	-	(43.851)	(45.179)
Por ajustes nas contribuições extraordinárias	<u>8.877</u>	-	-	-	<u>8.877</u>	-
(-) Provisão matemáticas a constituir						
constituir	<u>(34.974)</u>	<u>(45.179)</u>	-	-	<u>(34.974)</u>	<u>(45.179)</u>
	<u>829.023</u>	<u>916.433</u>	<u>429.924</u>	<u>464.673</u>	<u>1.258.947</u>	<u>1.381.106</u>

e. Tábuas biométricas

I. As tábuas biométricas foram selecionadas entre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo. A sua utilização deve ser periodicamente revista à luz da experiência real da massa de Participantes da Entidade. Para refletir o aumento na expectativa de vida da população coberta pelo plano de aposentadoria, sem criar um grande impacto no custo do plano, a Tábua GAM-1971 agravada utilizada na avaliação atuarial de 2004 vinha sendo ajustada, desde a avaliação passada, para incorporar $\frac{1}{4}$, no máximo a cada dois anos, a contar de 2005, da diferença entre as probabilidades de morte da GAM-1994 e da GAM-1971 agravada.

Com a publicação da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, foi estabelecida a Tábua AT-1983 como nova tábua mínima de mortalidade geral. Dessa forma, a adaptação gradativa da tábua de mortalidade geral continuou sendo feita, em 2006, substituindo a GAM-1994 pela AT-1983, sendo considerados na avaliação de 2006 $\frac{2}{4}$ da referida diferença. O efeito aproximado nas provisões matemáticas foi de R\$ 21 milhões.

II. Dada a observação do número real de mortes de inválidos versus o número esperado nos períodos compreendidos entre as seis últimas avaliações, alterou-se também a Tábua RRB-1944 para a CSO-1958. O efeito aproximado nas provisões matemáticas foi de R\$ 4 milhões.

III. A tábua de rotatividade também foi modificada, em 2006, considerando-se a experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2002 a 2005, para melhor refletir as incidências de rotatividade da massa de Participantes avaliada. O efeito nas provisões matemáticas foi de R\$ 204.

10. Reservas e fundos

Reservas/resultados realizados

Parcela da reserva técnica que excede o valor das provisões matemáticas, cuja movimentação durante 2006 apresentou-se como segue:

Saldo inicial	1.419
Resultado apurado no exercício de 2006	<u>37.264</u>
Saldo final	<u>38.683</u>

Fundos

a. Programa previdencial Fundo especial - Plano "C"

Conforme previsto no Regulamento Básico do Plano "C", a Entidade vem constituindo um fundo para cobertura de benefícios de risco e para futuras contribuições das patrocinadoras, relativas a ambos os planos, utilizando-se de sobras da conta patronal ocorridas até 31 de dezembro de 2006. O saldo nessa data é de R\$ 48.178 (R\$ 24.170 em 2005). O aumento de R\$ 24.008 em 2006 foi decorrente principalmente de sobras em razão de desligamentos e do rendimento de aplicações financeiras do saldo do fundo.

Fundo de retirada de patrocínio da Atos Origin

A partir de 1º de outubro de 2005, a patrocinadora Atos Origin Brasil Ltda. decidiu rescindir parcialmente o convênio de adesão retirando-se do Plano "C" da PSS e transferirá as provisões matemáticas dos Participantes envolvidos para a Bradesco Previdência. O processo de retirada encontra-se em poder da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) para aprovação. O valor do fundo previdencial de retirada em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 51.827 (R\$ 45.247 em 2005).

Fundo de retirada de patrocínio da LG.Philips Displays Brasil Ltda.

A partir de 1º de dezembro de 2006, a patrocinadora LG.Philips Displays Brasil Ltda. decidiu rescindir o convênio de adesão retirando-se dos Planos "B" e "C" da PSS. O processo de retirada será encaminhado à Secretaria de Previdência Complementar (SPC) para aprovação. Os valores estimados do fundo previdencial de retirada em 31 de dezembro de 2006 são de R\$ 139.666 (Plano "B") e R\$ 130.975 (Plano "C").

b. Programa administrativo

Fundo custeio futuro

Conforme previsto no estatuto básico da PSS, a cobertura para o custeio administrativo da Entidade é de 6% das contribuições previdenciais mensais. Quando os gastos mensais são inferiores a 6%, a diferença é provisionada para eventuais gastos futuros. O saldo em 31 de dezembro de 2006 é de R\$ 1.622 (R\$ 1.371 em 2005).

Diretoria

Jose Luiz P. da Costa Dias
Diretor Gerente

Jose Carlos C. Cadima
Diretor Administrativo

Luiz A.B. Dias da Silva
Diretor Financeiro

Sergio Nery
Diretor de Seguridade

Contador
Mauro M. Saito
TC-CRC ISPI02808/O-8

9

Pareceres

9.1 Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da PSS – Seguridade Social, tendo em vista o parecer da KPMG Auditores Independentes, bem como o parecer do Atuário, Towers Perrin, recomendou ao Conselho Deliberativo, em reunião realizada em 26/02/2007, a aprovação do balanço encerrado em 31 de dezembro de 2006, elaborados nos termos da Resolução CGPC/ MPS nº5, de 30/01/02.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2007.

9.2 Parecer do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da PSS – Seguridade Social, tendo em vista o parecer do Conselho Fiscal, datado de 26/02/2007, bem como o parecer da KPMG Auditores Independentes, aprovou em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2007, as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2006, elaboradas nos termos da Resolução CGPC/MPS nº 5, de 30/01/02.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2007.

10 Demonstrativos de Investimentos em 29 de Dezembro de 2006

Anexo I

(Em milhares de Reais)

A) FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA MULTIPLY (ADMINISTRADO PELO BANCO ABN AMRO REAL S A)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin.Tes. Nacional	Selic	21.03.07	1.205	1,91
Letras Fin.Tes. Nacional	Selic	20.06.07	12.232	19,4
Letras Fin.Tes. Nacional	Selic	19.12.07	24	0,04
			<u>13.461</u>	<u>21,35</u>
Letras Tes. Nacional	PRE	01.01.08	7.118	11,3
Letras Tes. Nacional	PRE	01.04.08	2.163	3,43
Letras Tes. Nacional	PRE	01.07.08	2.691	4,27
			<u>11.972</u>	<u>19,00</u>
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.15	13.080	20,75
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.04.08	5.634	18,78
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.04.21	4.931	8,94
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.01.31	11.841	7,82
			<u>22.406</u>	<u>35,54</u>
Títulos Privados				
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Petróleo Bras. S.A-Petrobrás	IGPM	01.10.10	1.939	3,08
SWAP BM&F				
Indexador Passivo	Indexador Ativo	Vencimento	Valor	% s/ Total
CDI	IGPM	21.02.07	179	0,28
Outros Valores				
Depósitos Bancários		4	0,00	
Total do Ativo			<u>63.041</u>	<u>100,00</u>
Valores a Pagar				
Diversos			20	0,00
Patrimônio Líquido			<u>63.021</u>	<u>100,00</u>
Total do Passivo			<u>63.041</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas: 982.233,91923				
Valor Cota Unitária: 64,16147000				

Anexo I

(Em milhares de Reais)

B) BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA IDEAL (ADMINISTRADO PELO BANCO BRADESCO S A)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Tes. Nacional	PRE	01.01.07	6.158	4,49
Letras Tes. Nacional	PRE	01.01.08	2.551	1,86
			<u>8.709</u>	<u>6,35</u>
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.07	3.237	2,36
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.09	15.622	11,39
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.10	31.020	22,62
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.15	6.540	4,77
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.45	2.859	2,09
			<u>59.278</u>	<u>43,23</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.04.21	5.342	3,90
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.01.31	6.262	4,57
			<u>11.604</u>	<u>8,47</u>
Títulos Privados				
Certificado de Dep. Bancário				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Banco Alfa S A	CDI	02.02.07	2.380	1,74
Banco Votorantim S A	CDI	01.11.07	1.731	1,26
			<u>4.111</u>	<u>3,00</u>
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Cia. Bras. de Petróleo Ipiranga	CDI	01.04.11	196	0,14
Cotas de Fundos de Investimento			Valor	% s/ Total
Emitente			469	0,34
FIDC BGN LIFE				
Operações Compromissadas			52.734	38,46
Outros Valores				
Depósitos Bancários			29	0,01
Total do Ativo			137.130	100,00
Valores a Pagar				
Diversos			18	0,00
Patrimônio Líquido			137.112	100,00
Total do Passivo			137.130	100,00
Quantidade de Cotas: 20.361.386,75994				
Valor Cota Unitária: 6,73394060				

Anexo I

(Em milhares de Reais)

C) BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA PLANO B (ADMINISTRADO PELO BANCO BRADESCO SA)

Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.07	12.816	1,71
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.08	38.250	5,11
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.09	124.042	16,56
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.10	74.858	10,00
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.15	261.847	34,97
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.24	96.292	12,85
			<u>608.105</u>	<u>81,20</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.04.08	18.213	2,43
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.04.21	15.546	2,07
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.01.31	26.736	3,57
			<u>60.495</u>	<u>8,07</u>
Títulos Privados				
Certificado de Dep. Bancário				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Banco Unibanco S A	IGPM	05.09.07	17.985	2,41
Banco Alfa S A	CDI	28.10.08	29.790	3,98
IB	CDI	30.08.07	8.337	1,11
Banco Votorantim S A	CDI	27.09.07	11.342	1,51
			<u>67.454</u>	<u>9,01</u>
Cotas de Fundos de Investimento				
Emitente			Valor	% s/ Total
FIDC BGN LIFE			6.384	0,85
Operações Compromissadas			6.495	0,87
Outros Valores				
Depósitos Bancários			6	0,00
Total do Ativo			748.939	100,00
Valores a Pagar				
Diversos			42	0,00
Patrimônio Líquido			748.897	100,00
Total do Passivo			<u>748.939</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas: 588.042.179,38358				
Valor Cota Unitária: 1,27354350				

Anexo I

(Em milhares de Reais)

D) LIFE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA (ADMINISTRADO PELO WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY LTDA.)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.08	3.183	4,44
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.09	9.668	13,45
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.10	7.771	10,81
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.11	3.995	5,55
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.15	5.677	7,90
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.24	1.790	2,49
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.35	2.713	3,78
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.45	2.028	2,82
			<u>36.825</u>	<u>51,24</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.04.08	2.327	3,23
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.07.17	2.098	2,92
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.04.21	5.638	7,85
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.01.31	8.406	11,7
			<u>18.469</u>	<u>25,70</u>
Notas do Tes. Nacional - F	PRE	01.01.10	3.128	4,35
Títulos Privados				
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
AVI	CDI	01.09.10	1.222	1,70
CPFL	IGPM	01.07.09	1.713	2,37
RIGE	IGPM	01.04.11	1.689	2,35
LUPATEC	CDI	01.09.11	710	0,99
			<u>5.334</u>	<u>7,41</u>
Cotas de Fundos de Investimento			Valor	% s/ Total
Emitente				
FIDC BGN LIFE			1.506	2,10
Operações Compromissadas			6.613	9,20
Outros Valores				
Depósitos Bancários			3	0,00
Total do Ativo			71.878	100,00
Valores a Pagar				
Diversos			17	0,00
Patrimônio Líquido			71.861	100,00
Total do Passivo			<u>71.878</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas: 10.638.062,90518				
Valor Cota Unitária: 6,75510320				

Anexo I

(Em milhares de Reais)

E) FUTURO PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA - FUNDO DE INVESTIMENTO (ADMINISTRADO PELO BANCO ITAUCARD SA)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	17.01.07	4.368	2,18
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	21.02.07	3.705	1,85
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	21.03.07	6.314	3,13
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	20.06.07	15.653	7,8
			30.040	14,96
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.09	10.935	5,45
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.11.09	17.654	8,79
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.10	47.670	23,74
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.15	6.088	3,03
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.24	3.798	1,89
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.35	4.504	2,24
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.45	5.726	2,85
			96.375	47,99
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.04.08	13.829	6,88
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.07.17	6.099	3,04
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.04.21	12.966	6,46
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.01.31	27.093	13,49
			59.987	29,87
Títulos Privados				
Certificado de Dep. Bancário				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Banco Itaú S A	CDI	12.02.08	10.038	5,00
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
ITAUSEG	CDI	01.11.07	2.857	1,43
Cotas de Fundos de Investimento				
Emitente			Valor	% s/ Total
FIDC BGN LIFE			1.507	0,75
Outros Valores				
Depósitos Bancários			3	0,00
Valor a Receber			22	0,00
			25	0,00
Total do Ativo			200.829	100,00
Valores a Pagar				
Diversos			45	0,02
Patrimônio Líquido			200.784	99,98
Total do Passivo			200.829	100,00
Quantidade de Cotas: 3.053.508,50013				
Valor Cota Unitária: 65,75504120				

Anexo I

(Em milhares de Reais)

F) UNIBANCO FIDELIDADE L FUNDO DE INV.RENDA FIXA (ADMINISTRADO PELO UNIBANCO ASSET MANAGEMENT BANCO DE INVESTIMENTO SA)

Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	19.12.07	3.317	12,06
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.07	176	0,64
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.08	893	3,24
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.09	1.114	4,04
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.10	1.370	4,99
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.15	272	0,98
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.08.24	209	0,76
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15.05.45	572	2,08
			<u>4.606</u>	<u>16,73</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.04.08	1.315	4,78
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01.01.31	2.866	10,41
			<u>4.181</u>	<u>15,19</u>
Títulos Privados				
Certificado de Dep. Bancário				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Banco Votorantim SA	CDI	29.11.07	409	1,49
Operações Compromissadas			14.985	54,46
Outros Valores				
Depósitos Bancários			18	0,07
Total do Ativo			<u>27.516</u>	<u>100,00</u>
Valores a Pagar				
Diversos			3	0,00
Patrimônio Líquido			<u>27.513</u>	<u>100,00</u>
Total do Passivo			<u>27.516</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas: 4.172.342,59788				
Valor Cota Unitária: 6,59417260				

Anexo II

(Em milhares de Reais)

A) ABN AMRO FUNDO DE INV.EMAÇÕES MULTIPLYVARIABLE (ADMINISTRADO PELO BANCO ABN AMRO REAL SA)

Aplicações Ações	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
Mercado				
ALL AMER LATUNT N2	23.100	22,02	509	1,57
AMBEV PN *	1.045.000	1.050,82	1.098	3,40
ARCELOR BRON NI	15.000	42,01	630	1,95
BRASILON NM	8.900	64,08	570	1,77
BRDESCOPN REC NI	761	85,13	65	0,20
BRDESCOPN ED NI	28.196	85,87	2.421	7,49
BRDESPAR PN	3.800	101,24	385	1,19
BRASKEMPNA NI	23.000	15,21	350	1,08
BRASIL TELEC PN *	24.917.106	10,99	274	0,85
BRASIL T PAR ON *	2.500.000	35,09	88	0,27
CESPPNB* NI	14.000.000	24,81	347	1,08
CEMIG PN * NI	5.300.000	104,92	556	1,72
SID NACIONALON	7.380	65,08	480	1,49
CYRELA REALTON NM	16.700	20,40	341	1,05
DURATEXPNI	10.800	33,25	359	1,11
ELETROBRASON * NI	13.000.000	50,80	660	2,04
ELETROPAULOPNB* N2	2.652.600	108,12	287	0,89
GERDAUPN NI	21.650	35,02	758	2,35
ITAUBANCOPN NI	26.400	77,07	2.035	6,30
ITAUSAPN NI	74.000	10,77	797	2,47
LOJAS AMERICPN *	2.830.000	118,99	337	1,04
LIGHT S/AON *INT NM	15.920.000	23,22	370	1,14
NATURAON ED NM	10.200	30,12	307	0,95
NET PN	13.499	24,17	326	1,01
PETROBRAS PN	161.812	49,62	8.029	24,84
PERDIGAO S/AON NM	11.300	29,91	338	1,05
PORTO SEGURO ON	5.500	65,93	363	1,12
TIM PART S/APN *	25.314.431	7,42	188	0,58
TELEMAR ON *	6.572	55,59	365	1,13
UNIBANCO UNT NI	56.578	20,09	1.137	3,52
USIMINASPNA	9.800	80,39	788	2,44
VALE R DOCEON NI	42.600	64,00	2.726	8,44
VALE R DOCEPNA NI	61.396	54,39	3.339	10,34
TOTAL	108.118.081		31.623	97,87
Títulos Públicos Federais				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin.Tes. Nacional	Selic	20.06.07	184	0,56
Outros Valores				
Depósitos Bancários			8	0,02
Valor a Receber			502	1,55
			510	1,57
Total do Ativo			32.317	100,00
Valores a Pagar				
Diversos			9	0,03
Patrimônio Líquido			32.308	99,97
Total do Passivo			32.317	100,00
Quantidade de Cotas: 4.348.432,59232				
Valor Cota Unitária: 7,42988470				

Anexo II

(Em milhares de Reais)

B) BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EMAÇÕES IDEAL (ADMINISTRADO PELO BANCO BRADESCO S A)				
Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
ALL AMER LATUNT N2	50.400	22,02	1.110	2,05
AMBEV PN *	1.512.370	1.050,82	1.589	2,94
ARCELOR BRON NI	12.239	42,01	514	0,95
BRASILON NM	18.365	64,08	1.177	2,17
BRADESCOPN REC NI	358	85,13	30	0,06
BRADESCOPN ED NI	48.485	85,87	4.163	7,69
BRADESPAR PN	8.112	101,24	821	1,52
BRASIL TELEC PN *	196.434	10,99	2	0,00
BRASIL T PAR ON *	8.230.765	35,09	289	0,53
CCR RODOVIASON NM	19.362	28,75	557	1,03
CEMIG PN * NI	7.605.613	104,92	798	1,47
CPFL ENERGIAON NM	17.030	29,80	507	0,94
COPELPNB*	9.694.944	25,12	244	0,45
SID NACIONALON	9.657	65,08	628	1,16
CONTAXON	48.235	3,16	152	0,28
DURATEXPNI	26.750	33,25	889	1,64
ELETROBRASPNB* NI	29.032.387	47,79	1.387	2,56
GERDAUPNI	46.859	35,02	1.641	3,03
ITAUBANCOPNI	55.030	77,07	4.241	7,84
ITAUSAPNI	173.015	10,77	1.863	3,44
LOJAS AMERICPN *	7.119.622	118,99	847	1,57
LOJAS RENNERON NM	26.710	30,94	826	1,53
NATURAON ED NM	27.980	30,12	843	1,56
NET PN	31.055	24,17	751	1,39
PETROBRAS ON	134.190	54,29	7.285	13,46
PETROBRAS PN	132.846	49,62	6.593	12,18
TIM PART S/APN *	60.177.938	7,42	447	0,83
TELEMAR N L PNA *	-	48,82	-	-
TELEMAR ON *	15.962	55,59	887	1,64
UNIBANCO UNT NI	84.224	20,09	1.693	3,13
USIMINASPNA	15.795	80,39	1.270	2,35
VALE R DOCEON NI	56.828	64,00	3.637	6,72
VALE R DOCEPNA NI	76.632	54,39	4.169	7,70
V C PPN NI	16.809	42,38	712	1,32
	124.723.001		52.562	97,12
Operações Compromissadas			1.356	2,5
Outros Valores			3	0,00
Depósitos Bancários			214	0,38
Valor a Receber			217	0,38
Total do Ativo			54.135	100,00
Valores a Pagar			9	0,00
Diversos				
Patrimônio Líquido			54.126	100,00
Total do Passivo			54.135	100,00
Quantidade de Cotas: 9.313.148,10318				
Valor Cota Unitária: 5,81174880				

Anexo II

(Em milhares de Reais)

C) LIFE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (ADMINISTRADO PELO WESTERN ASSET MANAGEMENT COMPANY LTDA.)

Aplicações Ações	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
Mercado				
ALL AMER LATUNT N2	39.313	22,02	866	2,69
AMBEV PN *	328.474	1.050,82	345	1,07
BRASILON NM	6.888	64,08	441	1,37
BRDESCOPN ED NI	30.506	85,87	2.620	8,13
BRADSPAR PN	3.079	101,24	312	0,97
BRASIL T PAR PN *	23.387.739	18,31	428	1,33
CESPPNB* NI	16.000.000	24,81	397	1,23
CEMIG PN * NI	7.193.518	104,92	755	2,34
CONFABPN NI	77.000	5,00	385	1,20
SID NACIONALON	2.965	65,08	193	0,60
DASAON NM	3.900	45,87	179	0,56
DURATEXPNI	11.400	33,25	379	1,18
GAZETA MERC PN *	1.990.050	1,56	3	0,01
GERDAU METPN NI	17.291	43,79	757	2,35
ITAUBANCOPNI	48.780	77,07	3.759	11,67
KLABINSEGALLON NM	16.300	17,91	292	0,91
LOJAS RENNERN NM	12.875	30,94	398	1,24
LUPATECHON NM	11.000	32,04	352	1,09
NET PN	24.364	24,17	589	1,83
PETROBRAS PN	159.943	49,62	7.936	24,63
PERDIGAO S/AON NM	23.267	29,91	696	2,16
SUBMARINOON NM	6.189	69,58	431	1,34
TAM S/APN N2	12.826	65,86	845	2,62
TIM PART S/APN *	50.472.315	7,42	375	1,16
UNIBANCO UNT NI	34.349	20,09	690	2,14
ULTRAPAR PN	2.200	49,10	108	0,34
USIMINASPNA	11.060	80,39	889	2,76
VALE R DOCEON NI	11.438	64,00	732	2,27
VALE R DOCEPNA NI	81.667	54,39	4.442	13,79
V C PPN NI	6.607	42,38	280	0,87
VIVO PN	26.418	8,74	231	0,72
	100.053.721		31.105	96,55
Títulos Públicos Federais	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Emitente				
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	21.03.07	593	1,83
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	20.06.07	183	0,57
			776	2,40
Outros Valores				
Depósitos Bancários			19	0,03
Valor a Receber			332	1,02
			351	1,05
Total do Ativo			32.232	100,00
Valores a Pagar				
Diversos			14	0,04
Patrimônio Líquido			32.218	99,96
Total do Passivo			32.232	100,00
Quantidade de Cotas: 4.496.366,45142				
Valor Cota Unitária: 7,16532210				

Anexo II

(Em milhares de Reais)

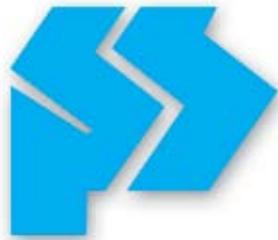
D) LUXORAÇÕES - FUNDO DE INVESTIMENTO (ADMINISTRADO PELO BANCO ITAUCARD SA)				
Aplicações				
Ações	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
Mercado				
ALL AMER LATUNT N2	81.700	22,02	1.799	2,01
AMBEV PN *	3.260.000	1.050,82	3.426	3,84
ARACRUZPNB NI	68.000	13,19	897	1,00
BRASILON NM	45.100	64,08	2.890	3,24
BRADESCOPN REC NI	2.644	85,13	225	0,25
BRADESCOPN ED NI	60.066	85,87	5.158	5,78
NOSSA CAIXA ON	14.900	48,68	725	0,81
BRADESPAR PN	17.900	101,24	1.812	2,03
BRASKEMPNA NI	83.700	15,21	1.273	1,43
BRASIL T PAR PN *	35.200.000	18,31	645	0,72
CESPPNB* NI	29.500.000	24,81	732	0,82
CEMIG PN * NI	14.627.769	104,92	1.535	1,72
CPFL ENERGIAON NM	14.500	29,80	432	0,48
SID NACIONALON	33.900	65,08	2.206	2,47
CYRELA REALTON NM	67.800	20,40	1.383	1,55
DOA ALL AMER LAT UNT	35.000	22,02	771	0,86
DOA BRASIL ON	19.000	64,08	1.218	1,36
DOA BRADESCO PN	25.900	85,87	2.224	2,49
DOA ITAUBANCO PN *	2.000	77,07	154	0,17
DOA LOJAS AMERIC PN *	1.800.000	118,99	214	0,24
DOA LOJAS RENNERON EG NM	10.500	30,94	325	0,36
DOA NET PN	10.000	24,17	242	0,27
DURATEXPNI	13.800	33,25	459	0,51
ELETROBRASON * NI	29.700.000	50,80	1.509	1,69
ELETROPAULOPNB* N2	8.000.000	108,12	865	0,97
ITAUBANCOPN NI	45.600	77,07	3.514	3,94
ITAUSAPN NI	557.067	10,77	6.000	6,72
LOJAS AMERICPN *	10.900.000	118,99	1.297	1,45
LOJAS RENNERON NM	24.500	30,94	758	0,85
LUPATECHON NM	1.100	32,04	35	0,04
NATURAON ED NM	17.400	30,12	524	0,59
NET PN	27.093	24,17	655	0,73
OHL BRASILON NM	17.200	34,88	600	0,67
PETROBRAS PN	458.160	49,62	22.734	25,46
PERDIGAO S/AON NM	13.600	29,91	407	0,46
ROSSI RESIDON NM	5.800	27,33	159	0,18
SUBMARINOON NM	18.800	69,58	1.308	1,47
TAM S/APN N2	17.700	65,86	1.166	1,31
TELEMAR ON *	9.608	55,59	534	0,60
USIMINASPNA	17.200	80,39	1.383	1,55
VALE R DOCEPNA NI	236.074	54,39	12.840	14,38
V C PPN NI	15.600	42,38	661	0,74
	135.076.681		87.692	98,21
Títulos Públicos Federais				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	17.01.07	518	0,58
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	21.03.07	130	0,14
			648	0,72
Outros Valores				
Depósitos Bancários			2	0,00
Valor a Receber			971	1,07
			973	1,07
Total do Ativo			89.313	100,00
Valores a Pagar				
Diversos			24	0,03
Patrimônio Líquido			89.289	99,97
Total do Passivo			89.313	100,00
Quantidade de Cotas: 12.164.044,47147				
Valor Cota Unitária: 7,34038330				

Anexo II

(Em milhares de Reais)

E) PREVIDÊNCIA B - FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (ADMINISTRADO PELO UNIBANCO ASSET MANAGEMENT BANCO DE INVESTIMENTO SA)

Aplicações	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
Ações				
Mercado				
ALL AMER LATUNT N2	17.700	22,02	390	1,95
ARCELOR BRON NI	7.100	42,01	298	1,49
ARACRUZPNB NI	11.000	13,19	145	0,73
BRASILON NM	7.000	64,08	449	2,24
BRADESCOPN REC NI	107	85,13	9	0,05
BRADESCOON ED NI	300	81,91	25	0,12
BRADESCOPN ED NI	22.208	85,87	1.907	9,54
BRADESCOON REC NI	15	78,26	1	0,01
BRADESPAR PN	100	101,24	10	0,05
BRASKEMPNA NI	6.600	15,21	100	0,50
BRASIL TELEC PN *	8.810.000	10,99	97	0,48
BRASIL T PAR ON *	380.000	35,09	13	0,07
CCR RODOVIASON NM	7.367	28,75	212	1,06
CEMIG PN * NI	5.088.963	104,92	534	2,67
CPFL ENERGIAON NM	10.700	29,80	319	1,59
SID NACIONALON	2.900	65,08	189	0,94
CYRELA REALTON NM	19.200	20,40	392	1,96
DASAON NM	4.000	45,87	183	0,92
ELETROBRASON * NI	7.785.500	50,80	396	1,98
ELETROPALUOPNB* N2	2.050.000	108,12	222	1,11
EMBRAERON NM	5.400	22,07	119	0,60
GAZETA MERC PN *	995.025	1,56	2	0,01
GERDAU METPN NI	18.187	43,79	796	3,98
ITAUBANCOPN NI	15.150	77,07	1.168	5,83
ITAUSAPN NI	63.700	10,77	686	3,43
NET PN	8.600	24,17	208	1,04
PETROBRAS ON	27.000	54,29	1.466	7,33
PETROBRAS PN	78.832	49,62	3.912	19,55
SUBMARINOON NM	7.000	69,58	487	2,44
SUZANO PETRPN N2	19.318	3,90	75	0,38
TIM PART S/APN *	16.100.000	7,42	119	0,60
TELEMAR ON *	4.918	55,59	273	1,37
USIMINASON	1.358	96,19	131	0,65
VALE R DOCEON NI	26.420	64,00	1.691	8,46
VALE R DOCEPNA NI	43.530	54,39	2.366	11,83
V C PPN NI	4.100	42,38	174	0,87
VIVO PN	25.139	8,74	220	1,10
	41.674.437		19.784	98,93
Títulos Públicos Federais				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	Selic	21.03.07	15.167	75,84
Outros Valores				
Depósitos Bancários			13	0,07
Valor a Receber			41	0,20
			54	0,27
Total do Ativo			35.005	175,04
Valores a Pagar				
Diversos			15.007	75,04
Patrimônio Líquido			19.998	100,00
Total do Passivo			35.005	175,04
Quantidade de Cotas: 2.763.953,49303				
Valor Cota Unitária: 7,23534140				



Seguridade Social